

Jornalismo de direitos humanos em contexto de proximidade

Andreia Catarina de Almeida e Melo

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Jornalismo
(2º ciclo de estudos)

Versão corrigida após defesa

Orientadora: Prof.^a Doutora Sónia Manuela Martins de Sá

Agosto de 2021

Dedicatória¹

À minha Zizi, por acreditar em mim e sempre me lembrar que posso melhorar o mundo.

Optimism for me isn't a passive expectation that things will get better; it's a conviction that we can make things better – that whatever suffering we see, no matter how bad it is, we can help people if we don't lose hope and we don't look away.

– Melinda Gates, Co-fundadora e co-presidente da Gates Foundation

¹ A presente dissertação foi redigida segundo o antigo acordo ortográfico.

Agradecimentos

À Professora Dr. ^a Sónia de Sá, pelo estímulo, pelo apoio, pelo incentivo, pela confiança, pela empatia e pela orientação fundamentais na concretização deste trabalho dissertativo. Mas principalmente, por acreditar no meu projecto e no meu sonho, incentivando-me a melhorar e a ser mais forte.

Ao Professor Dr. ^o Pedro Jerónimo, por todo o apoio em termos de materiais essenciais e imprescindíveis para o desenvolvimento do primeiro capítulo deste trabalho dissertativo.

Aos Professores do Mestrado em Jornalismo pelo tanto que me ensinaram e pelos meios proporcionados para conseguir atingir o meu objectivo e desenvolver-me enquanto estudante e futura jornalista.

Aos Professores da minha Licenciatura em Ciências da Cultura, por todas as ferramentas que me facultaram ao longo dos três anos, que tanto me auxiliaram na minha autodescoberta pessoal e académica.

À direcção do *Diário de Coimbra*, João Luís Campos, pela aprovação e apoio à investigação académica. Agradecimento que estendo aos chefes de redacção, Ana Margalho e Manuel Sousa, a todos as/os jornalistas da redacção do *Diário de Coimbra* e à colega estagiária Ana Mamede.

Ao meu companheiro de todas as horas, que me apoiou, incentivou e tanto ajudou no decorrer deste processo, Ambrósio.

Às minhas amigas e ao meu amigo maravilhosos que acreditam nas minhas capacidades e na minha visão sobre mundo, Ana Teresa, Ana Júlia, Beatriz, Ana Maria, Inês, Mariana e João, por todo o apoio ao longo destes cinco anos, mas principalmente, nestes últimos dois anos que se tornaram tão especiais e importantes.

Aos meus pais, Maria e António, e aos meus irmãos, Diana e João, por todo o apoio ao longo deste percurso.

À minha avó materna, Alzira, e aos meus avós paternos, Celene e António.

Gostava ainda de agradecer a mim própria pelo esforço e energia que disponibilizei para concluir mais um objectivo, pode até parecer presunçoso da minha parte estar a

agradecer-me, particularmente neste que é um trabalho dissertativo elaborado por mim, contudo, creio que de nada adianta que os outros valorizem o nosso esforço sem que antes o valorizemos nós mesmos, porque só nós sabemos o quão desgastante e/ ou sacrificante realmente foi para chegar onde chegámos, motivo pelo qual não posso deixar de agradecer a mim mesma, tendo sempre acreditar em mim e nas minhas capacidades, sendo cada vez mais resiliente e ir avante com este que é um trabalho nascido de um sonho.

A todos/as que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Resumo

O presente estudo resulta de uma análise de seis meses às notícias do jornal regional *Diário de Coimbra* que apresentaram características que definem o jornalismo de direitos humanos (Rose, 2017; Shaw, 2012). O problema desta investigação assenta na seguinte questão: A abordagem jornalística aplicada à produção de conteúdos noticiosos em geral deverá ser a mesma na produção de conteúdos sobre direitos humanos? O estudo procura analisar o jornalismo de direitos humanos no contexto do jornalismo de proximidade, considerando a estrutura e modelos específicos deste tipo de produção jornalística (Jerónimo, 2015; Camponez, 2002) e, a partir da definição de jornalismo de direitos humanos, propomos um conjunto de novos valores de notícias.

Da análise, entre Outubro de 2020 e Março de 2021, destaca-se o espaço relevante que a publicação atribuiu ao jornalismo de direitos humanos, por um lado, e algum desconhecimento dos profissionais de jornalismo sobre os critérios desta abordagem jornalística, por outro. Ainda assim, este estudo exploratório permite-nos propor a aplicação desta abordagem como um novo género jornalístico, especialmente em contexto de proximidade.

Palavras-chave

Jornalismo de direitos humanos; jornalismo de proximidade; jornalismo regional; jornalismo local; direitos humanos

Abstract

The present research is a product of a six-month analysis of news articles from the regional newspaper *Diário de Coimbra* that contain human rights journalism content (Rose, 2017; Shaw, 2012). The premise of this research is based on the following question: Should the journalistic approach applied to the production of news content in general be the same as in the production of human rights content? This academic research aims to analyze human rights journalism in the context of proximity journalism, by taking into account the specific structures and models of this type of journalistic production (Jeronimo, 2015; Camponez, 2002) and, from the definition of human rights journalism, we propose a set of up-to-date news values.

From the analysis, between October 2020 and March 2021, we highlight the relevance that this publication will have to human rights journalism, on one hand, and some unfamiliarity of journalism professionals about the criteria of this journalistic approach, on the other. Still, this exploratory study allows us to propose the application of this approach as a new journalistic genre, especially in the proximity context.

Keywords

Human rights journalism; outreach journalism; regional journalism; local journalism; human rights

Índice

Parte I – Enquadramento Teórico	1
Introdução	1
Capítulo 1. Jornalismo de Proximidade	3
1.1. Enquadramento histórico do jornalismo.....	3
1.2. Imprensa regional.....	5
1.3. Imprensa local.....	8
1.4. Regional ou local: os princípios de proximidade	11
Capítulo 2. Jornalismo de Direitos Humanos	20
2.1. Enquadramento histórico do conceito de direitos humanos	20
2.2. Objectivos do jornalismo de direitos humanos	23
2.3. Os valores notícia e o jornalismo de direitos humanos	37
Parte II – Estudo Empírico	42
Capítulo 3. Problema e metodologia de investigação	42
3.1. Problema e hipóteses de investigação	42
3.2. Metodologia	44
Capítulo 4. Análise qualitativa de conteúdo	46
4.1. Processo de selecção da amostra	47
4.2. Análise dos dados	54
Capítulo 5. Discussão dos dados.....	58
Considerações Finais	64
Limitações da investigação.....	65
Referências	68

Lista de Figuras

Figura 1. Triângulo de conflito ABC de Glatung	33
Figura 2. Gráfico de Schirch, 2002: Tensões entre direitos humanos, resolução de conflitos e construção de uma paz justa	33
Figura 3. Gráfico de Schirch, 2002 (Continuação)	34
Figura 4. Notícia sobre violência doméstica em Portugal na secção "Nacional/Internacional" da edição de 24/11/2020, do jornal <i>Diário de Coimbra</i>	59
Figura 5. Notícia sobre a questão dos refugiados da secção "Nacional/Internacional" da edição de 20/03/2021, no jornal <i>Diário de Coimbra</i>	60
Figura 6. Notícia de promoção de uma iniciativa solidária de uma empresa na edição de 6/12/2020, no jornal do <i>Diário de Coimbra</i>	61
Figura 7. Notícia sobre voluntariado na secção de "Coimbra", edição de 12 de Março de 2021, no <i>Diário de Coimbra</i>	62
Figura 8. Notícia de promoção de igualdade de género na edição de 12/03/2021, do jornal <i>Diário de Coimbra</i>	63

Lista de Tabelas

Tabela 1. Valores de notícia de Galtung e Ruge (1965, p.65)	38
Tabela 2. Categorias dos novos valores de notícia	39
Tabela 3. Variáveis e critérios utilizadas na análise dos jornais	47
Tabela 4. Amostra da análise realizada entre os meses de Outubro de 2020 e Março de 2021, aos 24 jornais do <i>Diário de Coimbra</i>	48

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Distribuição do número total de notícias de conteúdos informativos por temas	55
Gráfico 2. Distribuição do número total de notícias de direitos humanos por temas	56

Lista de Acrónimos

DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ICHRP	International Council on Human Rights Policy
ONG's	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

Parte I – Enquadramento Teórico

Introdução

O jornalismo de direitos humanos é um género jornalístico que aborda questões relacionadas com os direitos de homens, mulheres, crianças e de todas as pessoas de todos os géneros, proveniências, etnias, idades ou religiões (Dias, 2013, p.7). Ora, esta abordagem jornalística atenta, essencialmente, à violação ou abuso dos direitos humanos, observando e investigando onde e em que circunstâncias essas violações e abusos ocorrem. A nossa perspectiva central é que o jornalismo de direitos humanos e o jornalismo de proximidade devem estar intimamente ligados. Apesar de assentar num estudo exploratório, que analisa apenas uma publicação regional, os resultados indicam uma necessidade de aprofundamento desta união, que se encontra pouco fundada, entre os direitos humanos e a proximidade por via do jornalismo.

De acordo com Rose (2017, p. 87), o surgimento do jornalismo fundamentado nos direitos humanos é baseado “num quadro conceptual para um processo de desenvolvimento que surgiu no final dos anos [19]80 e início dos anos [19]90 e que procurou fundir os interesses distintos dos peritos em desenvolvimento e dos peritos em direitos.” Este género jornalístico tem como intuito compreender os direitos fundamentais das pessoas e como função expor os abusos desses direitos, através do discurso livre, baseando no respeito pela dignidade dos direitos das pessoas, da cor, nacionalidade, género e raça (Shaw, 2012, p.17).

Dias (2013, p.38) refere que o jornalismo é um direito humano e, apesar dos dados actuais nos indicarem que um número crescente de países impede a liberdade de imprensa, há, por outro lado, muitos países que usufruem de condições completas para a prática livre do jornalismo. Desta forma, e mesmo que o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) indique protecção na liberdade de expressão e de imprensa, é dos mais discutidos no direito internacional. Ora, Downman & Ubayasiri (2017, p. 50) salientam a importância de os meios de comunicação trabalharem de forma independente, garantindo que atropelos aos direitos humanos e situações de injustiça sejam denunciadas.

E qual o papel do jornalismo próximo das pessoas e das comunidades na protecção e denúncia? Considerando a definição de Jerónimo (2012, p. 24), o jornalismo de proximidade preocupa-se com a “região onde está inserido determinado meio, aquele para o qual se trabalha, a forma como fontes e público se relacionam com eles, etc.”. Já Vieira (2009, p. 66) argumenta que a proximidade é “um dos conceitos-chave da

imprensa local [e da imprensa regional], que se traduz na informação ligada aos leitores, visando uma maior identificação entre o jornal e o público”. Sendo que as notícias “verdadeiramente locais [e regionais] envolvem uma gama de conteúdos que tem como principal valor noticioso a ‘proximidade” (Reader & Hatcher, 2020, p. 230). Com efeito, o jornalismo de proximidade assume um papel de denunciador e de testemunha, junto das populações.

Este problema envolve várias questões que permitem explicitar melhor o foco da presente investigação, de entre as quais se destacam as seguintes: (1) Quão importante é a união entre jornalismo de proximidade e de direitos humanos? (2) Existe no jornal *Diário de Coimbra* uma consciencialização relativamente ao jornalismo de direitos humanos? (3) A abordagem jornalística aplicada pelo jornalismo de direitos humanos deve diferir da aplicada no jornalismo mais generalista?

De maneira a poder responder a estas questões, o presente trabalho divide-se em duas partes: a primeira é um enquadramento teórico de dois capítulos, designadamente, jornalismo de proximidade e jornalismo de direitos humanos. No primeiro capítulo, enquadrámos a relevância do jornalismo na história e na actualidade para uma ligação aos restantes subtítulos, nomeadamente, imprensa regional, imprensa local e a imprensa de proximidade (Camponez, 2002, 2012; Duarte, 2010; Jerónimo, 2010, 2012, 2015; Sousa, 2002). No segundo capítulo, damos destaque ao jornalismo de direitos humanos, procedendo ao enquadramento do surgimento dos direitos humanos através da declaração universal e adaptação desta declaração às necessidades actuais. Posteriormente, indicamos quais os objectivos e os valores de notícia do jornalismo dos direitos humanos (Dias, 2013; Downman & Ubayasiri, 2017; Fernandes, 2002; Rose, 2017; Shaw, 2012).

A segunda parte da dissertação incide no estudo empírico com base no estágio curricular realizado entre Outubro de 2020 e Março de 2021, no jornal *Diário de Coimbra*, a partir de uma amostra de seis meses e a 24 jornais. A análise tem por objectivo perceber que destaque é dado às temáticas de jornalismo de direitos humanos, qual a linguagem que é aplicada com base nas categorias identificadas neste género jornalístico e quais os temas a que o jornal dá mais destaque.

Capítulo 1. Jornalismo de Proximidade

O jornalismo de proximidade tem um papel fundamental na protecção e denúncia face ao que ocorre na região em que se insere e por se encontrar próximo das pessoas e das comunidades. Por outras palavras, o jornalismo de proximidade assume um papel de anunciador e de testemunha, junto das populações. Para um melhor entendimento deste primeiro tema procederemos, ao longo deste capítulo, a um enquadramento histórico do conceito geral de jornalismo. De seguida, apresentaremos em dois subcapítulos os conceitos de jornalismo regional e local, conceitos-chaves importantes para a definição de jornalismo de proximidade, com a qual terminaremos este primeiro capítulo. No decorrer destes três últimos subcapítulos cotejaremos essencialmente os trabalhos de investigação de autores como Camponez (2002; 2012) e Jerónimo (2010, 2012, 2015).

1.1. Enquadramento histórico do jornalismo

A (im)prensa de Gutenberg surgiu no século XV e “cerca de cem anos antes, a disseminação de textos em outras línguas que não o latim criou uma comunidade virtual de leitores que, mesmo não interagindo directamente, sentiam-se ligados através da imprensa” (Kochhann, 2013, p. 15). No século XVII “a imprensa transformou os padrões de comunicação no início da Europa moderna” (*ibid*).

Com o aparecimento de publicações periódicas, os cidadãos passaram a ter conhecimento do que ocorria na sua cidade, aldeia ou vila, nomeadamente, através da divulgação de eventos e de informações relacionadas com a política e o comércio. Foi a partir daqui que a produção e divulgação das notícias se iniciou, com tiragens que “chegavam aos milhares e eram vendidas avulsas, de forma irregular, por [vendedores] ambulantes” (*ibid*). Só a partir da segunda metade do século XVI é que as publicações começaram a ser mais regulares, todavia, eram notícias referentes ao que acontecia no estrangeiro, isto porque, a imprensa local sofria com o controlo dos Estados e da Igreja. Só gradualmente é que a liberdade de imprensa começou a ganhar espaço e a libertar-se do controlo das instituições (*ibid*).

Thompson (2002, p. 66) destaca que: “A evolução da imprensa periódica em bases comerciais e independentes do poder do estado foi ainda capaz de fornecer informações e comentários críticos sobre questões de interesse geral, introduzindo uma nova fase na Inglaterra do século XVIII”. O autor distingue ainda três momentos do desenvolvimento do jornalismo desde o início do século XIX: o primeiro momento

ocorreu com “a transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala”, como, por exemplo, as inovações técnicas da prensa a vapor, a propaganda e o aumento da alfabetização, o que possibilitou um aumento dos leitores e, conseqüentemente, um crescimento da imprensa; o segundo momento é caracterizado pela “globalização da comunicação”, o que permitiu um crescimento das informações de “forma extensiva e organizada”; e o terceiro momento ficou marcado pelo “desenvolvimento das formas de comunicação electronicamente medidas”, destacando-se um aumento de “energia eléctrica na comunicação”, permitindo uma proximidade entre continentes e países (pp.73-75).

Em Portugal, a imprensa regional e local deu os seus primeiros passos graças à manifestação da liberdade proveniente da Revolução Liberal de 1820 e, posteriormente, da promulgação da Carta Constitucional (Sousa, 2002).

Desde essa época que proliferaram no país centenas de jornais locais e regionais, em alguns casos ligados à Igreja Católica e noutros casos ligados a tipografias ou a pequenas empresas de comunicação e mesmo a autarquias. É de realçar, porém, que o apetite recente de grandes monopólios mediáticos sobre alguns títulos de expressão regional e local é grande. Prova-o, por exemplo, a aquisição do jornal Açoriano Oriental (o mais antigo jornal português) e Jornal do Fundão pela Lusomundo, grupo da Portugal Telecom integrado na PT Multimédia (p. 7).

Com a globalização, as imprensas local e regional não desapareceram, na verdade, acompanharam o progresso, pois devido à migração, muitas foram as pessoas que passaram a assinar jornais regionais ou locais, de forma a se manterem próximos da sua comunidade. Os emigrantes foram um novo público-alvo, que, por estarem afastados da sua terra e como forma de manterem o elo com a sua região, viram esta opção como uma maneira de estarem próximos e actualizados sobre o que acontece na sua comunidade.

As limitações geográficas são ilimitadas no que respeita à cobertura dos meios de comunicação social, somando as “demais singularidades, identidades e diversidades socioculturais, históricas, ecológicas, económicas, de comunicabilidade, etc., que ajudam a constituir o espaço local ou o comunitário” (Peruzzo, 2003, p. 4). É deste modo que o espaço geográfico deve ser valorizado, pois por conta disto as pessoas têm tido conhecimentos de outras culturas e do que acontece nos seus países ou nas suas aldeias, quando se encontram noutra parte do mundo.

O conceito de jornalismo de proximidade tem sido alvo de estudo por muitos académicos que, em geral, entendem que se caracteriza como “um dos [conceitos] mais complexos utilizados no campo jornalístico” (Camponez, 2012, p. 35). Porém, pode-se considerar jornalismo de proximidade como um género jornalístico que se insere tanto no jornalismo local como no jornalismo regional. Já Carvalho (2013, p. 13) alertou para

o facto de a legislação portuguesa, assim como muitos académicos que estudam jornalismo regional e local, terem adaptado a definição ao longo da sua história. De acordo com o Decreto-Lei n.º 5/71² da Lei de Imprensa de 1971, a imprensa regional é classificada:

Em periódica e não periódica. A imprensa periódica é constituída pelos jornais e outras publicações que, sob o mesmo título, apareçam em série contínua ou em números sucessivos, com intervalos regulares não superiores a um ano. As publicações periódicas, ou os periódicos, presumem-se obras colectivas, resultantes do trabalho de profissionais da imprensa ou da colaboração de não profissionais, sob a responsabilidade de um director.

Já o Artigo 2³ do Decreto-Lei n.º 85-C/75 referente à Lei de Imprensa de 1975 define como imprensa:

Todas as reproduções impressas para serem difundidas, que serão designadas por publicações, com excepção dos impressos oficiais e dos correntemente utilizados nas relações sociais. As publicações podem ser periódicas ou unitárias. Consideram-se publicações periódicas as que se realizam em série contínua, sem limite definido de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos de tempo determinado (...). Quanto à sua expansão, as publicações periódicas podem ser de expansão nacional ou regional, considerando-se de expansão nacional as que são postas à venda na generalidade do território nacional.

Após o enquadramento histórico do jornalismo procederemos nos próximos subcapítulos à definição dos conceitos de imprensa regional, local e de jornalismo de proximidade.

1.2. Imprensa regional

O conceito de jornalismo regional⁴ é caracterizado por informar “sobre o que se passa em determinada região” (Cardoso, 2020, p.16), direccionando-se mais para “a história do quotidiano das comunidades locais do que para o país ou o mundo” (Duarte, 2010, p.5). É de notar que a noção de proximidade é automaticamente associada à imprensa regional, considerada como a “imprensa do século XXI” (*ibid*). Camponez defende que “o que parece distinguir a imprensa regional da nacional tem a ver com as suas formas de organização empresarial e a sua estratégia claramente vocacionada para uma abordagem dos temas tanto mais generalistas” (2002, p. 108).

² Lei da Imprensa, Decreto-Lei n.º 5/71. Consultado a 21 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/631404>

³ Ministério da Comunicação Social. Decreto-Lei n.º 85-C/75: promulga a Lei de Imprensa. Consultado a 21 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/168803>

⁴ Neste trabalho entendemos que os conceitos imprensa regional e jornalismo regional são de significado semelhante.

De acordo com o Estatuto da Imprensa Regional, e tendo como base o Artigo 1.º Presente Decreto-Lei n.º 106/88⁵ de 31 de Março, o conceito de imprensa regional é definido como:

Todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico.

Por seu turno, no Artigo 2.º do Estatuto da Imprensa Regional, presente no Decreto-Lei n.º 106/88, são apresentadas as funções específicas da imprensa regional com destaque para o papel importante que a mesma assume “na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do mundo”. No Artigo 14⁰⁶ “Publicações de âmbito nacional, regional e destinadas às comunidades portuguesas”, inserido no Decreto-Lei n.º 2/99, classifica imprensa regional como publicações “as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente as comunidades regionais e locais”.

Camponez (2002, p. 19) destaca que a imprensa regional se caracteriza pela "sua forte territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local.” Sousa⁷ (2002, pp. 4-5) defende três conceitos que, no seu entender, caracterizam a identidade da “comunicação social regional”: (1) Territorialização - o território (espaço físico, área geográfica) é um denominador comum dos conteúdos dos média locais. “A comunicação social local é aquela que se estabelece numa comunidade de vizinhos, através de meios de comunicação que lhe são próximos”. (2) Comunidade - pessoas em contacto próximo, que partilham valores, interesses comuns: “A comunicação social regional e local estabelece-se numa comunidade, rural ou urbana, porque se desenvolve entre pessoas em interacção próxima, aglutinadas em grupos familiares, que partilham valores, modos de vida, interesses e língua comuns, ou seja, partilham uma cultura comum, e têm raízes na mesma terra”. (3) Vizinhança - conceito que se relaciona com o de proximidade: “A comunicação social, local ou regional, ocorre próxima [física e

⁵ *Estatuto da Imprensa Regional*, Decreto-Lei 106/88. Consultado a 16 de Dezembro de 2020. Disponível em, <https://www.ccpj.pt/media/1061/estatuto-da-imprensa-regional.pdf>. (p. 1320)

⁶ Diário da República, Decreto-Lei nº2/99. Consultado a 21 de Janeiro de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/contendo/196218>

⁷ Observação: Sousa (2002) não faz uma distinção límpida sobre o jornalismo regional e o jornalismo local, contudo, entendemos que o primeiro se refere essencialmente a jornalismo regional com base nos argumentos apresentados, visto que coincidem com a noção os argumentos que outros autores apresentam e que remetem para a noção de jornalismo regional.

mentalmente] das pessoas em interacção”, atingindo mais pessoas, especialmente quando pertencem a um grupo. “A comunidade estabelece-se entre pessoas próximas umas das outras. A proximidade é aqui a noção chave.”

Ribeiro (2005, p. 56) considera que o jornalismo regional é importante porque, ao “ter acesso a notícias regionais, o leitor interage com os acontecimentos da comunidade onde vive, no sentido de reflectir sobre as questões principais de um determinado momento, sugerir alternativas e reivindicar melhorias para um determinado sector”. Neste sentido, Bahia (2009 *apud* Ramos e Grupillo, 2020, pp.33-34) argumenta que os meios de comunicação são essenciais “na formação da identidade cultural da região”, pois o jornalista ao participar na “cultura de um país, com abertura de espaços para vozes de artistas, intelectuais e pensadores da sociedade”, acaba por influenciar a comunidade e o próprio meio de comunicação, tornando-se “num defensor dos interesses e das causas da comunidade”.

Correia (1988, p. 159) destaca que “a definição de um campo jornalístico regional deve ter em conta que a identidade de regiões comporta a necessidade de mecanismos de produção simbólica que contemplem o reforço do sentimento de pertença”. A imprensa regional acaba por se tornar importante perante a complexa “relação entre o campo jornalístico e a sociedade democrática”, pelo seu “contributo para a ‘regeneração’ de um espaço público local, potenciando a capacidade racional e acção cívica dos cidadãos sobre assuntos da *res publica*” (Amaral, 2012, p.1). Ora, a imprensa regional corresponde “às necessidades da opinião civil, no âmbito do dever de cidadania de qualquer jornal”, sendo o “alimentar o mercado das informações a favor do interesse das audiências e captar fatias publicitárias para garantir os negócios é um dos mais desafiantes objectivos actuais e futuros” (*ibid*). Tal contribuí para o fortalecimento da opinião pública e a descentralização do poder, como salientado por Ribeiro (2005, p.50):

O jornal regional ainda carrega algumas características estereotipadas no passado. Para alguns, ele ainda é conhecido como uma imprensa ‘artesanal’ – mais opinativa que informativa, que discute os problemas, interfere nos bastidores da política, denuncia e também fofoca – e com precariedades técnicas. Além disso, há a questão do comprometimento com o município, reflectindo as disputas, as lideranças e tendências políticas. Esse tipo de jornalismo ‘olha’ pelo local e o torna o centro dos problemas e discussões.

Correia (1988, p. 158) argumenta que:

Características como a forte presença do leitor e do assinante na vida do jornal, em contraste flagrante com a virtualização dos públicos praticada na grande indústria jornalística; a marca da polémica e do debate ressoando nos artigos de opinião reflectindo a forte presença da elite regional junto da redacção; a colaboração assumida com formas de associativismo; a recorrência de temas; a resistência à conexão jornalismo- publicidade, podem constituir reminiscências de uma forma de exercício da racionalidade parcialmente banida dos media e difícil de concretizar na imprensa de massas.

Neste sentido, é da responsabilidade dos jornais regionais dar voz aos seus leitores através das secções de cartas ao director ou opinião do leitor, como forma de permitir uma maior proximidade da comunidade com o jornal e para que sejam levantadas e discutidas questões do interesse público, colocando assim “o enfâse na formação de uma opinião pública em volta das questões que se prendem mais acentuadamente com os problemas e decisões regionais” (*ibid*).

Sousa (2004, *apud* Carvalho 2013, p. 14) argumenta relativamente à proximidade existente entre o jornal regional e a comunidade em redor.

Essa é uma missão muito concreta da imprensa regional, a da proximidade, facilitadora da interacção dessas pessoas, que normalmente são quadros médios que procuram nessas localidades respostas para aquilo a que estão habituados: o médico, o restaurante, o infantário... E todas essas respostas estão na imprensa regional.

Desta forma, a imprensa regional é conceituada pelas suas características distintivas, (1) “ser um veículo de informação”; (2) “ser um meio de promoção e mobilização local”; (3) “ser um meio de chamada de atenção para os anseios e os projectos locais”; (4) “ser um elo social e identitário, um elemento socializador e agregador”; (5) “ser amplificador do espaço público local” (Sousa, 2002, p.8).

1.3. Imprensa local

O jornalismo local⁸ é caracterizado por “informar [o público] sobre aquilo que se passa em determinada localidade, assentando em características específicas que o distinguem do jornalismo nacional” (Cardoso, 2020, p.16), mas também por ser uma imprensa periódica, caracterizada pelos mensários das freguesias (Duarte, 2010, p.5).

É desta forma que a imprensa local dá visibilidade a determinadas causas que outro género de imprensa não dá, nem mesmo a regional, demonstrando ser o único meio que além de informar a população sobre assuntos que poderão ocorrer tanto no “bairro” como no “fundo da rua”, ou os emigrantes sobre o que ocorre nas suas localidades de origem. Por outras palavras, é “o lugar da mediação técnica onde também é possível a comunicação não mediatizada ou interpessoal” (López García, 1995, p.12).

López García (1995, p.12) e Ringlet (*apud* Camponez, 2002, p.108) consideram que a questão geografia é determinante para a definição do conceito de jornalismo local, contudo, López García destaca que o local é um espaço singularizado que se manifesta no campo social.

⁸ Neste trabalho entendemos que os conceitos imprensa local e jornalismo local são de significado semelhante.

O jornalismo local caracteriza-se também por não depender de nenhuma agência noticiosa, contrariamente com o que acontece com a imprensa regional, mas antes que o jornalista saia da redacção e vá ao encontro da notícia - proporcionando assim uma proximidade entre a comunidade e os meios de comunicação e entre os meios de comunicação e a comunidade. A população revela-se bastante participativa e acaba por colaborar, por vezes, na realização de notícias para o jornal local (Duarte, 2010, pp.5-6).

Para Camponez (2002, p. 119) a proximidade relaciona-se com “as realidades que nos rodeiam, os serviços de que dispomos na nossa vila ou aldeia”. De tal modo que “essa realidade só pode ser apreendida pela imprensa local e por uma abordagem bastante segmentada dos públicos”.

Peruzzo (2003, p.4) argumenta que:

(...) o local indica possuir as dimensões de proximidade e de familiaridade, ele não permite ser tomado com contornos territoriais precisos, pelo menos não como conceito universal, principalmente na perspectiva dos meios de comunicação que, com os avanços tecnológicos, podem se deslocar do local ao universal num mesmo processo comunicativo. Desse modo, os elos de proximidade e familiaridade ocorrem muito mais pelos laços de identidades de interesses e simbólicas, do que por razões territoriais, ainda que, em algumas situações, a questão geográfica seja peça importante na configuração da localidade.

Jerónimo (2015, p. 128) afirma que a imprensa local se define por “todas as publicações descritas no conceito de imprensa regional, à excepção da dimensão”. Neste sentido, o jornalismo local baseia-se no interesse e na produção de informação de um território, localidade, freguesia e município (*ibid*), caracterizando-se por ser uma imprensa que se constrói “nesse compromisso com a região e com as pessoas que a habitam” (Camponez, 2002, p.19).

Peruzzo (2003, p. 10) destaca que o jornalismo local, apesar de se destacar em relação aos órgãos de comunicação nacionais através dos conteúdos presentes nas suas notícias focados nas “especificidades de cada região”, acaba por seguir a “lógica dos grandes meios de comunicação”. Ainda assim, a autora apresenta um conjunto de características que denotam a função da imprensa local em relação aos restantes géneros jornalísticos, designadamente:

- a) Tem o objectivo de dar a conhecer assuntos de foco local ou regional que em geral não tem espaço na grande média;
- b) É encarada como uma unidade de negócio comercial, portanto tem interesses mercadológicos, vende espaço para anúncios comerciais e pretende ser rentável, cujos excedentes pertencem aos seus proprietários individuais/organizacionais;
- c) É susceptível a corresponder a interesses políticos e económicos de empresas, líderes, grupos políticos partidários da região, entre outros;
- d) Explora o local enquanto nicho de mercado, ou seja, os temas e as problemáticas específicas da localidade interessam enquanto estratégia para se conseguir aumentar a credibilidade e a audiência, e consequentemente obter retorno financeiro;

- e) Tem interesse em contribuir para a ampliação da cidadania desde que as estratégias adoptadas ajudem na consecução dos interesses empresariais;
- f) Os espaços abertos à participação dos cidadãos estão sujeitos ao controlo dos dirigentes e técnicos;
- g) A produção do “que fazer” comunicacional está sob a responsabilidade directa de especialistas contratados;
- h) O sistema de gestão é do tipo burocrático tradicional;
- i) Os conteúdos tendem a ser, maioritariamente, parte daqueles tratados pela grande média, mas com enfoque local ou regional, como por exemplo: CPI numa Câmara Municipal, informações meteorológicas, programas de cunho social bem-sucedidos na região, prisão de pessoas por delitos cometidos, catástrofes, entrevistas com membros do poder executivo municipal, entrevista com vereadores, cobertura de factos relacionados a hospitais e escolas da região, notas ou campanhas de interesse público, questões ambientais, problemas sociais, desporto local;
- j) A média local tanto pode ser local em sentido estrito, pertencente e actuante num dado território, como pode ser exterior ao território e apenas oferecer espaços (programas de rádio ou de televisão) e cadernos especiais (jornal impresso) para o tratamento de questões (pp. 11-12).

Segundo Ribeiro (2005), o facto de um jornal local estar mais próximo dos leitores permite que o leitor se identifique com o jornal local.

Por estar próximo do cidadão, torna-se um meio facilitador de cidadania, uma vez que, ao tratar de temas directamente relacionados com o público, permite que a população participe do desenvolvimento local: reclamar dos direitos políticos e administrativos, fiscalizando o poder público (p. 48).

Peruzzo (2003, p.25) conclui que se evidenciou “a existência de duas grandes vertentes na mídia local: uma que trata dos temas locais enquanto nicho de mercado e outra movida por interesses em contribuir para o desenvolvimento comunitário e sem objectivos lucrativos”.

Neste sentido, Camponez (2002, p. 247) afirma que a imprensa local apresenta também aspectos negativos, dando como exemplo a opção editorial jornal Região de Leiria que, segundo o autor, optou por uma “má postura”. Destaca um caso altamente mediático que, “não fazendo cruzamento de fontes”, acabou por atrair atenção de todo o país.

Ainda nesta perspectiva, Gurun e Butler (2012, p. 562) salientam que a imprensa local depende do orçamento que está disponível e que o facto de usufruir de poucos recursos económicos implica o aprofundamento (falta de) e sentido crítico dos artigos que apresentam. O que do ponto de vista de Andrade (2014, p.35) remete para o facto de a imprensa local usar uma “escrita mais agradável ou favorável pode ter o objectivo de tentar atrair mais publicidade/investimento das empresas locais”.

O argumento apresenta conflito de interesses e é, por conseguinte, que Gurun e Butler (2012, p. 562) desenvolveram uma investigação em que verificaram que as empresas locais tiveram mais elogios da imprensa local do que as empresas não locais, pelo facto de as primeiras pagarem para ser publicitadas nos jornais locais. É de salientar que o

mesmo acontece com os jornais regionais, pois o interesse passa sempre pelo meio envolvente, que também corresponde, normalmente, a apoio financeiro posterior.

Ora, deste modo, concluímos que o jornalismo local, ao estar mais próximo da comunidade tem atenção ao que acontece ao seu redor e acaba por haver uma proximidade entre o público e o jornal. Todavia, poderá apresentar aspectos menos positivos e também falhar no seu trabalho enquanto informadora da verdade factual. Contudo, concordamos com Paulino (2018, p. 28) quando sublinha que: “Uma comunidade local sem uma imprensa local, é uma comunidade às escuras, sem conhecimento daquilo que se passa à sua volta e, conseqüentemente, uma comunidade sem voz consciente e activa”.

1.4. Regional ou local: os princípios de proximidade

“A palavra ‘jornalista’ significa, etimologicamente, ‘analista de um dia’”, alguém incumbido de “narrar o que se passa nesse dia, tendo tendência a operar como um simples elo, um fio que permite conhecer o autoconhecimento e a respectiva difusão” (Amaral, 2012, p. 3). Neste sentido, o jornalismo “é uma instituição social para a promoção da cidadania, uma cidadania activa ligada à ideia de defesa de causas e à superação da ideia de simples recepção mecânica e externa dos direitos políticos dos cidadãos” (Santos, 1999, p. 17).

Benjamin (1996, p. 34) distingue o conceito de proximidade como um dos factores cruciais para a caracterização da informação jornalística, por ser um conceito que “fornece pontos de referência sobre algo que está próximo”, tanto no espaço como no tempo. Jerónimo (2012, p. 24) afirma que o que difere o jornalismo regional e o jornalismo local do jornalismo nacional é a “região onde está inserido determinado meio, aquele para o qual se trabalha, a forma como fontes e público se relacionam com eles, etc.”. Por seu turno, Vieira (2009, p. 66) considera que a proximidade é “um dos conceitos-chave da imprensa local [e da imprensa regional], que se traduz na informação ligada aos leitores, visando uma maior identificação entre o jornal e o público”. Sendo que as notícias “verdadeiramente locais [e regionais] envolvem uma gama de conteúdos que tem como principal valor noticioso a ‘proximidade’” (Reader & Hatcher, 2020, p. 230).

A proximidade não é um conceito que se cinge somente a uma determinada área do jornalismo, como o jornalismo regional e local, mas estes campos são-lhes dedicados e são um dos seus valores fundamentais, acabando por dificultar a definição deste género jornalístico (Paulino, 2018, pp. 30-31). Tal como apresentado anteriormente, são dois

gêneros jornalísticos que se encontram mais próximos do público (espaço e tempo) e informam-no sobre situações do seu interesse e que, habitualmente, não são divulgadas a nível nacional, permitindo uma aproximação da comunidade com a comunicação social (Gomes 2009, *apud* Amaral, 2012, p. 5).

Porém, há que destacar que diversos autores, ao definirem o jornalismo de proximidade, não fazem distinção entre o jornalismo regional e o jornalismo local. Jerónimo (2012, p. 24) afirma que contrariamente ao que acontece noutros países, “não existe, entre nós, nem mesmo em termos de definição legal, uma distinção entre os jornais que devem ser classificados de regionais e de locais”.

Apesar de se dirigirem a um público mais próximo e o seu foco ser a comunidade e o interesse pelo que ocorre dentro de uma comunidade, estes dois gêneros jornalísticos diferem. Por um lado, a imprensa regional depara-se com “a realidade de grupos empresariais⁹ com uma estrutura sólida quer a nível de mão-de-obra especializada, com jornalistas profissionais, quer a nível de estruturas e recursos financeiros” (Duarte, 2010, p.5). Por outro lado, a imprensa local que é periódica, caracteriza-se pelos mensários das freguesias e das aldeias. Este tipo de imprensa como “pequenos títulos – de propriedades de associações culturais, de juntas de freguesia, de fábricas, de Igreja, de particulares – que se vêem mais limitados nos seus recursos, mas que se encontram no mesmo barco dos títulos regionais” (*ibid*).

Para López García (1995, p. 15), “o território comunitário é menos abrangente no espaço local e mais abrangente no espaço regional”. Ou seja: “O espaço regional abarca várias comunidades locais interligadas, enquanto a comunidade local se restringe a ela mesma, sendo a sua célula básica a família. O local é o espaço social a seguir à família” (*ibid*).

Camponez aponta para a mesma tese, afirmando que:

A imprensa regional e local pressupõe a existência de uma identidade definida por referência a um território relativamente bem delimitado. De resto, a sua razão de ser funda-se no propósito da existência de um espaço público ligado pela identidade, à qual pretende dar voz e por essa via, reforçar os sentimentos de pertença (2002, p.29).

⁹ Como os casos do Sojormedia, o maior grupo de comunicação social a nível regional no país, que pertencia à holding Grupo Lena ou do *Diário de Coimbra* (<https://www.diariocoimbra.pt/>) que tem como jornais associados e pertencentes ao grupo, *Diário de Leiria*, *Diário de Viseu* e o *Diário de Aveiro*, que teve fundador o engenheiro e jornalista, Adriano Lucas e que hoje tem como director o filho, Adriano Callé Lucas, também engenheiro.

Num artigo de opinião¹⁰ para a revista *online Local Media*, Luís Miguel Ferraz, antigo chefe de redacção do seminário regional *O Mensageiro* e director do mensário local *Jornal da Gopilheira*, destaca que a distinção entre os dois géneros de imprensa deve ser valorizada, isto porque:

Há pequenos títulos regionais [ou locais] com conteúdos bem mais interessantes e bem redigidos do que outros (tanto de nível nacional, como concorrentes de âmbito regional) que ostentam uma qualidade gráfica superior, maior projecção no mercado e um mesmo reconhecimento nas ‘instituições’ públicas, até as ligadas ao sector da comunicação social. As políticas dos últimos anos têm seguido essa norma de avaliação, em muitos casos, injusta.¹¹

Ferraz defende ainda que a distinção é crucial, pois estes órgãos de comunicação não usufruem de apoios públicos ou do estado e combatem a escassez de recursos, podendo oferecer emprego junto de uma aldeia, vila ou comunidade. “Só subsistirão aquelas [publicações] que contarem com o trabalho voluntário e não remunerado ou pouco remunerado dos seus ‘fazedores’.”¹²

Para Camponez (2002, p.113) a proximidade é “uma questão transversal no jornalismo, no esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores e, particularmente, na definição de estratégias empresariais com o objectivo de conseguir a fidelização dos públicos”. Isto porque existe uma maior abertura dos espaços que se destinam aos leitores, como o autor nos explica:

A redescoberta do conceito de proximidade assumiu uma importância tanto maior, nos últimos anos, quando a crise de leitores parecia agravar-se, constituindo-se como uma estratégia para recuperar imensas franjas de públicos que normalmente estão aliados dos meios de comunicação de massa, quer pelo acesso ao seu conteúdo, quer pela possibilidade de se constituírem como sujeitos de comunicação (Camponez, 2002, p.114).

Duarte (2010, p.3) considera que “falar de proximidade passa, obrigatoriamente, por falar do território e dos destinatários das mensagens”, exemplo disto são as cartas dos leitores aos directores em jornais regionais ou locais que “constituíam uma forma de os leitores terem o seu espaço no jornal, um espaço que podia incentivar o debate e estava sujeito a um processo de selecção” (Rodrigues, 2012, p. 194).

O facto de os jornais oferecerem secções de opinião e crítica aos leitores permite uma proximidade com a comunidade, unicamente presente na imprensa regional e local, que se caracteriza por dar “mais atenção ao próximo” em comparação com a imprensa nacional, seja na escolha das notícias, seja na oportunidade que dá aos seus leitores de colaborarem com o jornal (Duarte, 2010, p.5).

¹⁰ Ferraz, Luís Miguel (2010). *Imprensa regional independente: fundamental, mas asfixiada*. In Pedro Jerónimo (organização). *Local Media*. Disponível em <https://localmediapt.wordpress.com/2010/03/11/%e2%80%9cimprensa-regional-independente-fundamental-mas-asfixiada%e2%80%9d/>

¹¹ *ibid*

¹² *ibid*

Ora, é neste sentido que Camponez (2002, p.41) frisa que a noção de proximidade coloca o indivíduo no centro e a sua relação com a notícia desenvolve-se a partir de quatro factores:

(1) “A proximidade geográfica começa no acontecimento da nossa rua, do bairro e alarga-se à região, ao país”; (2) “A proximidade temporal caracterizada pela distância do leitor face ao momento dos acontecimentos”; (3) “A proximidade social diz respeito às temáticas relacionadas com a família, a profissão, a classe social, a religião, a ideologia ou a política”; (4) “A proximidade psicoafectiva integra valores como o sexo, a vida e a morte, a segurança, o dinheiro e o destino”.

Segundo Camponez (2012, p. 36), os autores Agnès e Croissandeau consideram que a proximidade inclui não apenas a proximidade física e geográfica, como as dimensões temporais, psicoafectivas, socioprofissionais e socioculturais, o que o leva a considerar o conceito de proximidade como sendo transversal e importante, atribuindo “uma estratégia comunicativa propriamente dita na expressão e reflexão ética, deontológica e normativa do jornalismo” (Camponez, 2012, p.41).

Porém, não podemos esquecer que este conceito domina “os valores do distanciamento e do positivismo que marcaram os valores socioprofissionais do jornalismo moderno que se impôs nos sécs. XIX e XX (...)” (Camponez, 2012, p. 14). Assim, “se a proximidade não qualifica, à partida, a veracidade da informação, também não faz necessariamente uma abordagem distanciada dos acontecimentos noticiados” (*ibid*).

Reader & Hatcher (2020, p. 230) consideram que as notícias “verdadeiramente locais [e regionais] envolvem uma gama de conteúdos que tem como principal valor noticioso a ‘proximidade’”. Focando-se mais nos acontecimentos mundanos da vida em comunidade como o relato de “tragédias pessoais: incêndios, acidentes de viação, crimes, crianças que combatem doenças horrendas... [e] documentação dos eventos, actividades, reuniões e encontros onde a cola da comunidade é aplicada” (Lauterer, 2006, p. 26).

Ribeiro (2005, p. 55) destaca que a proximidade é crucial para conseguirmos “compreender melhor um acontecimento que nos está próximo, em virtude de termos melhores temas para incluir na conversação do dia-a-dia”. Uma vez mais, observamos que o impacto que o jornal de proximidade - como é o caso do regional e do local - tem com a comunidade permite que a população tenha acesso a informações que ocorrem nos seus núcleos e que a própria comunidade possa informar os jornais do que acontece, existindo assim uma proximidade entre as duas partes.

Privilegiado por sua proximidade com o público e os problemas locais, o jornal regional permite a polifonia ao abrir espaço para a dona de casa reivindicar melhores infra-estruturas em seu bairro, ao mostrar a cultura dos municípios da redondeza e também ao questionar as irregularidades na administração da prefeitura (pp. 47 e 48).

Para Peruzzo (2003, p.25):

Os meios de comunicação locais [e regional] lidam com os assuntos que dizem respeito mais directamente à vida das pessoas no espaço vivido do seu quotidiano. Sua marca é a proximidade, sintetizada nos sentimentos de pertencimento, de identidades e nos elos do quotidiano. É essa marca que também ajuda a garantir sua aceitação, ou sucesso que fazem junto aos receptores.

Tanto a imprensa local quanto a imprensa regional, por estarem mais próximas da comunidade, focam as histórias em pessoas como, por exemplo: “Num vigário local, num director de uma escola, ou talvez num agente da polícia ou num guarda de trânsito. As pessoas que raramente aparecem no jornal podem subitamente ser expostas por alegado *bullying*, ou corrupção ou apenas por simples incompetências” (Frost, 2006, p. 289).

Neste sentido, Hastjarjo (2017) considera que existem questões importantes que devem ser abordadas e avaliadas relativamente ao papel dos jornalistas e dos próprios meios de comunicação social para um melhor jornalismo de proximidade:

(1) a necessidade de mais competências entre os jornalistas, a fim de satisfazer a procura de práticas de jornalismo utilizando novos meios de comunicação social; (2) a necessidade de inculcar e impor as melhores práticas do jornalismo, incluindo o código de conduta do jornalismo não só entre os jornalistas, mas também entre o público, porque na era dos novos meios de comunicação social, o público tem a capacidade de produzir e publicar notícias; (3) a necessidade de educar mais para a noção e o trabalho dos meios de comunicação social, de forma a aumentar o nível de literacia mediática entre o público, de modo a que se tornem mais críticos para qualquer informação a que tenham acesso (p.7).

Apesar dos pontos positivos que o jornalismo regional e local apresenta, “a proximidade por si só pode ser uma característica perigosa” (Andrade, 2014, p. 31). O autor realça ainda que: “‘demasiada proximidade’ pode [...] modificar o ângulo de abordagem que um jornalista atribui a um fato, adulterando a objectividade de uma notícia” (*ibid*). Peruzzo (2003, p. 81) considera que a imprensa regional e local reproduz notícias presentes na “grande imprensa”, imitando a forma de tratamento da informação e por dedicar espaços amplos a notícias (inter)nacionais. E destaca ainda que: “Muitos jornais locais tendem a se ocupar mais de assuntos comumente tratados pelos jornais de circulação nacional do que com assuntos específicos locais que demandariam apuração jornalística” (*ibid*).

Tal acontece pela probabilidade de, em círculos pequenos, os cidadãos se conhecerem, tornando-se mais provável a possibilidade de um jornalista estar obrigado a escrever algo sobre pessoas por quem tem consideração ou estima e isso pode afectar o seu trabalho final (Andrade, 2014, pp. 31-32).

Por outro lado, Nielsen (2015, p.12) destaca que a imprensa regional e a imprensa local “têm representado a sua área e ajudado as pessoas a imaginarem-se como parte de uma

comunidade, ligada em parte através do seu meio de notícias locais partilhado”. O jornalismo de proximidade tem, assim, uma responsabilidade acrescida com a comunidade onde se insere, isto porque: “O público espera que os jornais regionais e locais [...] sejam ‘bons vizinhos’. [...] Os níveis de informação sobem, o envolvimento cívico e político cresce e, simultaneamente, surge a noção de pertença em comunidade (p. xxix).

O jornalismo regional e o jornalismo local estabelecem-se “numa comunidade, rural ou urbana porque se desenvolve entre pessoas em interacção próxima, aglutinadas em grupos familiares, que partilham valores, modos de vida, interesses e língua comuns, ou seja, partilham uma cultura comum, e têm raízes na mesma terra” (Sousa, 2002, p. 4). Para Sousa, quando se aborda o termo relativo à comunidade, o mesmo é referente “quando o meio em questão é pequeno”, contudo, apesar de parecer ter menos sentido, “não é despropositado, falar de comunidade quando o termo se refere a grandes centros urbanos” (2002, p. 4).

Outro desafio pela qual a imprensa regional e local passa “é saber como criar valor para as pessoas quando vivemos numa época em que elas têm muito acesso à informação” (Carvalho, 2013, p. 13). Ora, “Isso é possível quando o conteúdo jornalístico ajuda a entender o que está a acontecer de facto”, permitindo que o jornalismo local e regional passe por “um momento único” devido às “novas tecnologias da informação cada vez mais presentes, a imprensa de proximidade, do bairro, do concelho, adquire uma importância nunca verificada” (*ibid*).

Miller¹³ (2020) destaca que as imprensas regional e local “servem como olhos e ouvidos do público e desempenham um papel crítico como ‘cães de guarda’ para o desperdício, fraude e abuso” acabando por “responsabilizar as autoridades” pelos seus actos. Com a crise resultante pela pandemia da COVID-19, e com base num inquérito recente da *Pew Research* descobriu-se que as pessoas “acreditam que os jornais locais são fontes de informação mais credíveis relativamente à pandemia face aos meios de comunicação em geral” (*ibid*).

Num artigo de opinião¹⁴ publicado no jornal online *On Point*, Stearns (2020) afirma que:

¹³ Miller, Alan C. (2020). *Give local journalism a fighting chance by creating a demand for it*. Poynter. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.poynter.org/business-work/2020/give-local-journalism-a-fighting-chance-by-creating-a-demand-for-it/>

¹⁴ Stearns, Josh (2020). *Why we need local journalism right now. And why local journalism needs us*. Wbur. On Point. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.wbur.org/onpoint/2020/05/04/josh-stearns-local-journalism-giving-day>

O impacto económico da COVID-19 está a atingir fortemente as redacções locais, com muitas empresas a reduzirem a publicidade. (...) As redacções sem fins lucrativos e os meios de comunicação públicos têm sido um ponto forte, mas também estão em dificuldades - os pequenos doadores locais estão a lutar para pagar as despesas, os patrocinadores estão a recuar e muitas vezes os financiadores não incluem os meios de comunicação em respostas de concessão de emergência após desastres.

Perante a actual situação pandémica, muitos foram os jornais regionais e locais que sofreram com o impacto de uma crise financeira que abalou o mundo e consequentemente arrastou consigo a queda dos jornais de proximidade, Sullivan¹⁵ (2020 *apud* Gabbatt, 2020) desataca que muitas dessas conjunturas obrigaram jornalistas a ficarem em *lay-off* ou os jornais a fechar. Miller¹⁶ (2020) faz questão de reafirmar essa observação destacando que “as instituições jornalísticas se estão a perder na comunidade uma após a outra, dado que as perdas financeiras obrigam os jornais locais a fechar portas ou a enfraquecer os seus postos”.

Apesar das dificuldades financeira, Stearns¹⁷ (2020) destaca que houve redacções que se mobilizaram para auxiliar a sua comunidade face à pandemia da COVID-19, através da expansão dos “seus relatórios, deixando cair os seus conteúdos pagos e investindo em formas criativas para satisfazer as necessidades de informação da comunidade”.

Miller¹⁸ e Sullivan¹⁹ (2020 *apud* Gabbatt, 2020) defendem que o aumento dos “desertos noticiosos”, como “o pouco ou nenhum acesso a notícias credíveis, notícias falsas, boatos e teorias da conspiração podem espalhar-se sem controlo” e, consequentemente, o aumento de conteúdos fraudulentos que “exploram os nossos valores, semeiam a discórdia e minam a confiança nas nossas instituições e na qualidade da nossa vida pública” (Miller²⁰, 2020) têm sido um dos grandes entraves com que o jornalismo de proximidade se tem deparado.

As mudanças sentidas pelas imprensas regionais e locais “não são idênticas” variando de situação para situação:

¹⁵ Gabbatt, Adam (2020). *Local journalism is on its knees – endangering democracy. Who will save it?* The Guardian. Consultado a 19 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://www.theguardian.com/media/2020/JUL/28/local-journalism-democracy-us-newspapers>

¹⁶ Miller, Alan C. (2020). *Give local journalism a fighting chance by creating a demand for it*. Poynter. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.poynter.org/business-work/2020/give-local-journalism-a-fighting-chance-by-creating-a-demand-for-it/>

¹⁷ Stearns, Josh (2020). *Why we need local journalism right now. And why local journalism needs us*. Wbur. On Point. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.wbur.org/onpoint/2020/05/04/josh-stearns-local-journalism-giving-day>

¹⁸ Miller, Alan C. (2020). *Give local journalism a fighting chance by creating a demand for it*. Poynter. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.poynter.org/business-work/2020/give-local-journalism-a-fighting-chance-by-creating-a-demand-for-it/>

¹⁹ Gabbatt, Adam (2020). *Local journalism is on its knees – endangering democracy. Who will save it?* The Guardian. Consultado a 19 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://www.theguardian.com/media/2020/JUL/28/local-journalism-democracy-us-newspapers>

²⁰ Miller, Alan C. (2020). *Give local journalism a fighting chance by creating a demand for it*. Poynter. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.poynter.org/business-work/2020/give-local-journalism-a-fighting-chance-by-creating-a-demand-for-it/>

(...) de comunidade para comunidade, ou de país para país, mas são profundas e partilham certas semelhanças nas democracias de alto rendimento mais importantes: a impressão, o pilar do negócio dos jornais, está em declínio, a transmissão foi transformada pelo crescimento da televisão com múltiplos canais, e os meios digitais fornecem novas formas de aceder, encontrar e partilhar conteúdos mediáticos que desafiam os modelos de negócios herdados e as rotinas jornalísticas de notícias estabelecidas (Nielsen, 2015, p.13).

Miller²¹ (2020) alerta para o que aconteceu nos Estados Unidos da América (EUA):

O encerramento de um jornal local pode ter outros efeitos negativos sobre uma comunidade, resultando numa menor afluência de eleitores e menos cidadãos dispostos a concorrer ao cargo. Em todo o país [EUA], os custos dos empréstimos do governo aumentaram em estados que perderam um jornal e tiveram menos cobertura de vigilância dos funcionários públicos locais.

Marshall McLuhan (1962) introduziu o conceito de “Aldeia Global” – antevendo a globalização –, restringindo o mundo a uma aldeia, em que tudo e todos se conhecem. Na sua obra *The Gutenberg Galaxy The Making of Typographic Man* (1962), o teórico explica que existe uma propensão para a evolução do sistema mediático como elo de ligação entre os indivíduos num mundo cada vez mais pequeno perante o efeito das novas tecnologias da comunicação. Defendendo ainda que através destes o mundo se torna numa pequena aldeia, onde todos se conhecem e falam entre si, sendo que o mais insignificante dos rumores pode ganhar uma dimensão global. Foi precisamente este conceito que se tornou uma das pedras angulares das teorias na procura do fenómeno da globalização e da localização.

Num mundo cada vez mais digital e tendo em conta os desafios com que a imprensa regional e a imprensa local se têm deparado, também foram muitas as suas oportunidades, nomeadamente, referentes tanto ao consumo como à produção de conteúdos mediáticos locais (Camponez, 2002, p. 272; Maven²², 2019). Exemplo disto foi com a chegada do digital em que os jornais regionais e locais tiveram de se adaptar aderindo às plataformas *online* e, além de publicarem jornais impressos também começaram a publicar *online* através de assinaturas mensais. Esta mudança veio revelar-se uma grande oportunidade para estes jornais, isto porque, os leitores não são apenas exclusivos à região envolvente, podendo se encontrar outras zonas do país ou mesmo do mundo. Um caso em Portugal de um jornal regional que apostou na assinatura *online* e vende mais para o estrangeiro do que para o país é o *Jornal do Fundão*, pois muitos emigrantes da Beira Interior que se encontram no Luxemburgo, em França, na Alemanha e nos EUA, assinam o jornal de maneira a manterem contacto com a sua região de origem.

²¹ Miller, Alan C. (2020). *Give local journalism a fighting chance by creating a demand for it*. Poynter. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.poynter.org/business-work/2020/give-local-journalism-a-fighting-chance-by-creating-a-demand-for-it/>

²² S/N. (2019) *Entenda como anda o jornalismo local em meio aos tempos digitais*. Maven. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.maven.com.br/blog/entenda-como-anda-o-jornalismo-local-em-meio-aos-tempos-digitais/>

Concordamos com Nielsen (2015, p.13) quando argumenta que o jornalismo regional e o jornalismo local são responsáveis “pela maior parte da profissão jornalística” e que apesar de grande parte da indústria dos meios de comunicação seja regional e local, “em vez de nacional ou internacional”, não se tem dado atenção às “mudanças contemporâneas que estão a afectar o jornalismo regional”. Os jornais regionais e locais englobam um conjunto de histórias do interesse público que geralmente se definem como: (1) exposição de comportamentos criminais ou anti-sociais; (2) previnem as pessoas de serem enganadas; (3) expõe os perigos para a saúde e segurança públicas e (4) expõe a incompetência significativa em existente em cargos públicos (Frost, 2006, p. 298).

Abordar jornalismo de proximidade e não abordar jornalismo cívico é omitir informação, isto porque o primeiro apenas nasceu da motivação do segundo. O jornalismo cívico surge na década de 1980 (Camponez, 2002, p. 160) motivado pela necessidade da cobertura de notícias “do tipo corrida de cavalos e esquecidos em relação às questões julgadas importantes pelos eleitores” (Traquina, 2003, p. 10). Sendo este um género jornalístico que poderá estar relacionado com a “necessidade de uma (re)aproximação dos jornalistas ao público”, segundo “uma ‘redescoberta’ dos valores comunitários, como resposta ao universalismo (...) à falta de respostas das burocracias dos aparelhos do Estado e da administração pública” (*ibid*).

O jornalismo de proximidade é promovido pela cidadania, por ser uma área que se compromete com a comunidade e o seu território. Porém, devido à “forte territorialização” da imprensa regional, o jornalismo cívico é impedido de progredir devido às tensões causadas pela imprensa regional. É baseado na promoção pela cidadania que este género jornalístico assenta em determinadas características que definem a imprensa regional e a imprensa local, ainda que estas apresentem pontos divergentes, existem certos conceitos e pontos chaves que convergem aproximando-se das comunidades e seus respectivos interesses (*ibid*).

Em suma, o jornalismo de proximidade pode ser definido como um género que “melhor se relaciona com os cidadãos, que conhece os seus problemas e necessidades”, proporcionando um “sentimento de comunidade” e ainda que o aparecimento das novas tecnologias fosse possível “igualar as práticas dos jornalistas que trabalham em meios de diferentes dimensões, a realidade é que são os que trabalham e residem em regiões que mais próximos estão da população e vice-versa” (Jerónimo, 2012, p. 28).

Capítulo 2. Jornalismo de Direitos Humanos

O jornalismo de direitos humanos é um género jornalístico que aborda questões relacionadas com os direitos de homens, mulheres, crianças e de todas as pessoas de todos os géneros, proveniências, etnias, idades ou religiões (Fernandes, 2002, pp.4-5). Ora, esta abordagem jornalística atenta, essencialmente, à violação ou abuso dos direitos humanos, observando e investigando onde e em que circunstâncias essas violações e abusos ocorrem. Neste sentido, debruçar-nos-emos no conceito histórico dos direitos humanos, traduzindo na parte introdutória deste segundo tema. De seguida, apresentaremos os objectivos deste conceito guiando-nos por alguns dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como de autores como Rose (2017) e Shaw (2012). Por fim, iremos expor os valores de notícias e os seus objectivos face ao tema de jornalismo de direitos humanos, tendo como base de investigação o trabalho de Galtung e Ruge (1965) e Downman & Ubayasiri (2017).

2.1. Enquadramento histórico do conceito de direitos humanos

O primeiro marco histórico sobre a valorização do ser humano com direitos naturais surgiu em 1789, em França, com a criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Quando tal sucedeu, as pessoas passaram a ter legitimidade para falar livremente das suas necessidades e explicar como concebem, a cada época, os valores como a liberdade, a igualdade e a fraternidade (Fernandes, 2002, p.3).

Há força considerável no argumento de que a luta por uma imprensa independente, capaz de reportar e comentar eventos com um mínimo de interferência e controlo estatais, desempenhou um papel importante na evolução do estado constitucional moderno. Alguns dos primeiros pensadores liberais e líbero-democratas, com Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill (...) viam na liberdade de expressão de opinião através de uma imprensa independente uma salvaguarda vital contra o uso despótico do poder do estado. (...) Similarmente, as constituições pós-revolucionárias na França de 1791 e 1793, apoiando-se na Declaração dos Direitos do Homem de 1789, explicitamente protegeram a liberdade de expressão (mesmo que este direito tenha sido posteriormente abolido por Napoleão). Garantias legais de liberdade de expressão foram sendo adoptadas por vários governos europeus, de tal maneira que pelo fim do século XIX a liberdade de imprensa tinha se tornado uma questão constitucional em muitos estados ocidentais (Thompson, 2002, p. 67).

Neste seguimento, surgem os direitos de primeira geração, os “direitos civis e políticos que garantiam, por exemplo, liberdade individual, direito de ir e vir, livre iniciativa económica, liberdade de expressão, mão-de-obra livre e o direito ao voto” (Fernandes, 2002, p.4). Posteriormente, aparecem os direitos de segunda geração e que estão relacionados com os grupos sociais, em especial, com o “surgimento da classe operária, apresentam demandas e tentam convencer a sociedade de que também têm direito à cidadania e aos benefícios da nova ordem económica”. A proclamação destes direitos

sociais exige “a acção positiva do Estado para a realização da igualdade, isto é, “o Estado passa a ser considerado o agente promotor das garantias de direitos, entre eles, o direito à saúde, moradia, educação e trabalho” (Fernandes, 2002, p.4).

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) decide criar um documento que guiasse as nações para a ordem e justiça internacional, preservando a paz e prevenindo o genocídio, e que permitisse a resolução diplomática de conflitos, surgindo assim a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que “desencadeia a luta pelos direitos à paz, a um ambiente despoluído, à utilização do património comum da humanidade, que são os chamados direitos de terceira geração”, afirmando que os direitos são, simultaneamente, universais e positivos, destinados a todas as pessoas, que devem ser protegidas dos Estados que violem esses direitos (Fernandes, 2002, pp. 4-5).

A primeira Comissão de Direitos Humanos foi quem identificou os direitos comuns a todas as pessoas, independentemente da raça, religião, nacionalidade, origem social e género, com o intuito de garantir segurança e liberdade civis, de forma a apoiar a equidade política, social e económica. Os membros da comissão consagraram esses direitos num documento que deu origem à Declaração Universal dos Direitos Humanos e que inspirou numerosas constituições de países democráticos, além da criação de instâncias e tribunais internacionais para promover os direitos humanos e prevenir violações (Dias, 2013, p. 7).

Fernandes (2002, p. 5) destaca que surgiram posteriormente outras declarações sobre os direitos, com o objectivo de incluir cidadãos cujos direitos não os abrangem, nomeadamente, a Convenção dos Direitos Políticos da Mulher, em 1952, a Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes Mentais, em 1971, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975.

Estes documentos foram criados porque a sociedade se pronunciou em relação às diferenças existentes na mesma, pois cada cidadão tem as suas peculiaridades e merece ser respeitado e ter direitos à sua medida. É neste sentido que a definição de cidadania se caracteriza pelo facto dos novos indivíduos tentarem falar de si com um sentimento de pertença a uma nação ou a uma comunidade, e que, como tal, podem apresentar ideias para ajudar a melhorar a sociedade que integram (Fernandes, 2002, p.5).

O facto de as pessoas – e os legisladores – terem noção de que os direitos nem sempre serão tidos em conta, optam por escrevê-los na forma de letra de lei, tal como os movimentos de activistas e de instituições, que actuam para garantir a promoção e não

violação dos direitos humanos, através, essencialmente, dos meios de comunicação. Isto é, estas identidades têm-se apercebido do impacto que o jornalismo tem na sociedade e promovem manifestações e/ou convívios para dar voz a tantas vítimas (Fernandes, 2002, p.6).

O objectivo central é que comunidade possa reflectir sobre as questões que estes movimentos e instituições levantam; questões essas que denunciam acções erráticas de governos que assinaram diversos tratados e convenções, comprometendo-se em defender os direitos dos seus cidadãos e de os proteger contra o genocídio, a tortura, e outros crimes contra a humanidade, e se terem ficado pela retórica, ignorando as ameaças à segurança nacional e outros actos de violência e, principalmente, por violarem os direitos económicos, sociais e culturais (Miguel & Souza, 2018, pp. 4-6; Shaw, 2012, pp.42-43).

Assim sendo, por mais que existam leis que tentem proteger os cidadãos contra actos de violência sobre humanos, continuamos a ter Estados que violam constantemente essas mesmas leis por não protegerem nem zelarem pela segurança pública dos seus cidadãos, preocupando-se mais com questões económicas que com o bem-estar físico e mental do povo.

Apesar de o jornalismo ser um direito humano é facto que os dados anuais actualizados revelam que existem diversos países, ou maioria preocupante, em que não existe liberdade de imprensa e em que os problemas com a censura são visíveis, como é o caso da Rússia, que é um dos países que vive numa ditadura disfarçada democracia, impedindo os jornalistas de divulgarem informações que o governo não approve.

No caso de Angola, o mesmo sucede, mas neste caso particular, existe um jornal *online*²³ que divulga a violação que o Estado e outros membros de grandes instituições exercem sobre o povo, o mesmo jornal já sofreu com diversos processos, em especial o director e o seu fundador, Rafael Marques, que já esteve preso e teve de se exilar. Nestes países, apesar de serem uma democracia (aparente), os jornais locais e nacionais não relatam os acontecimentos que poderão colocar em causa o papel do governo e das instituições que o mesmo detém.

Nas palavras de Quirino & Montes (1987, p. 32), muitas das conquistas dos direitos de cidadania só existem numa sociedade integralmente democrática, em que os cidadãos podem apresentar as suas ideias e em que estas são atendidas pelas instituições,

²³ Maka Angola. Consultado a 11 de Novembro de 2020. Disponível em <https://www.makaangola.org/>

havendo um equilíbrio entre as instituições sociais e políticas, e a participação activa dos cidadãos.

O movimento dos direitos humanos ganhou maior reconhecimento internacional durante a década de 1990, com a aprovação dos Princípios de Paris. Esta proeminência ocorreu tanto no campo da política como no da opinião pública, com reflexo nos meios de comunicação que aumentaram as referências aos direitos humanos, assim como a cobertura jornalística de conteúdos relacionados com o tema, segundo o relatório do Alto-Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas²⁴ (Human Right Council, 2015).

O documento indica, ainda, que, apesar de não pretender sugerir que as questões dos direitos humanos sejam mais relevantes do que outras notícias, evidenciam características específicas, tais como a definição legal e a sua aplicação, actuando directamente na formulação de políticas públicas, esclarecendo que os órgãos de comunicação não têm o dever profissional de explicar qual a definição legal dos direitos humanos, assim como a sua aplicação, sendo que os jornalistas devem apenas cobrir notícias que abordem estas questões (ICHRP, 2015).

Deste modo, o jornalismo assume um papel crucial na temática dos direitos humanos, estando inserido no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que considera o direito à livre expressão e o direito a procurar e a receber informação, apesar de a liberdade de imprensa não se verificar em muitos países. Neste contexto, as Nações Unidas fazem questão de reforçar a importância de uma imprensa livre como um dos pilares dos direitos humanos ao responsabilizarem os governos pelos seus actos (Dias, 2013, p.38).

2.2. Objectivos do jornalismo de direitos humanos

O jornalismo de direitos humanos tem como intuito compreender os direitos fundamentais das pessoas, inserindo-se assim na temática da presente dissertação. Deste modo, este recente género tem como função expor os abusos dos direitos humanos, através do discurso livre, baseando-se no respeito pela dignidade dos direitos das pessoas, da cor, nacionalidade, género e raça (Shaw, 2012, p.17).

²⁴ Human Right Council (2015) *Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the implementation of Human Rights Council resolutions S-9/1 and S-12/1*. Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General. Human Right Council. Consultado a 11 de Maio de 2021. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session31/layouts/15/WopiFrame.aspx?sourceidoc=/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session31/Documents/A.HRC.31.40.Add.1_E.docx&action=default&DefaultItemOpen=1

Rege-se, assim, pelo Artigo 1.º da DUDH da ONU, que refere que os direitos individuais não podem ser violados, e caracteriza-se, particularmente, pela denúncia de abusos sobre as vítimas de violência política e da pressão constantemente exercida sobre muitos jornalistas. Este género pode e deve mesmo caracterizar-se como um jornalismo com cara humana e para com a humanidade (*ibid*, p.53).

Rose (2017, p. 87) destaca que o surgimento do jornalismo fundamentado nos direitos é baseado “num quadro conceptual para um processo de desenvolvimento que surgiu no final dos anos [19]80 e início dos anos [19]90 e que procurou fundir os interesses distintos dos peritos em desenvolvimento e dos peritos em direitos.”

O intuito dos jornalistas não é o de apenas informar o público, mas também o de ligar pessoas com diferentes histórias e em diferentes partes do mundo, promovendo o conhecimento, a compreensão do público referente a questões e/ou eventos e a responsabilidade moral, através da educação da audiência e da consciencialização da comunidade sobre os seus direitos, ao investigar e divulgar abusos dos direitos humanos (Shaw, 2012, p. 18), desempenhando assim um papel crucial na agenda.

Para isso, é importante considerar, primeiramente, que o mesmo se identifica com o jornalismo literário porque também “pesquisa, organiza e relata histórias reais, detalhadas e envolventes que cativem o público para assuntos que são considerados pelo autor como relevantes para o conhecimento público, merecedores de serem discutidos e interpretados, tendo, por isso, uma função societária” (Trindade & Inácio, 2017, p.2). Traquina (2001, pp. 55) apelida o jornalismo literário de “novo jornalismo” por ter vindo alterar as “prioridades dos jornalistas ao elaborarem uma reportagem” e por ser focado nos interesses dos cidadãos e dos grupos que lutam pelos direitos humanos, em vez de se focar apenas nos interesses políticos e nas pessoas detentoras do poder económico.

O jornalismo tem-se tornado num espaço ainda mais público ao privilegiar temas e propostas originárias na sociedade, não sendo ao acaso que muitos movimentos e instituições notam o impacto das suas ideias nos órgãos de comunicação. O que procuram é ter contactos mais directos com os jornalistas de forma a esclarecer as suas ideias e o intuito das suas lutas, evitando deturpações de informação, como também aproveitam a sua exposição para angariar mais apoios e alargamento dos seus movimentos (Fernandes, 2002, p.10).

O facto de os jornalistas não terem conhecimentos suficientes sobre determinadas culturas e, de no campo académico não existirem obras literárias impossibilita uma

melhor formação dos jornalistas – no que respeita à temática sobre a violação de direitos humanos – de forma que tenham uma melhor abordagem aquando da recolha de informação posteriormente passada ao público. Se os estudiosos da comunicação social começarem a incluir mais a temática dos direitos humanos nas suas investigações académicas, criará uma possibilidade para os estudos dos meios de comunicação social adicionarem informações cruciais na compreensão dos direitos humanos (Shaw, 2012; Fernandes, 2002).

No que lhe concerne, Deuze (2005, p. 425) considera que o multiculturalismo é uma das questões mais cruciais do jornalismo, pois os seus profissionais são confrontados com as responsabilidades reais ou entendidas pela sociedade contemporânea, o que altera os valores de notícia actuais utilizados pelos jornalistas.

Pode-se, portanto, esperar que o jornalismo de hoje desenvolva sensibilidades culturais ou multiculturais equivalentes. Isto, por sua vez, problematiza o papel dos jornalistas na sociedade contemporânea: uma consciência activa da sensibilidade multicultural contradiz uma acarinhada independência de interesses especiais. Uma valorização da sociedade, no entanto, pode resultar em desconexões com certos públicos e representações excessivamente simplificadas de complexidade social (*ibid*).

Hilgert (1997, p. 27), considera que os “jornalistas têm de entender a sociedade, têm de ter conhecimento sobre as estruturas históricas, políticas e económicas”. O autor defende que a formação dos jornalistas *a posterior* é crucial para o seu desenvolvimento enquanto profissionais, destacando que:

Na maioria dos casos, as qualificações que os futuros jornalistas adquirem na escola secundária não são suficientes. Sempre que possível, as lacunas de conhecimento têm de ser preenchidas durante a formação em jornalismo. A formação prática tem, portanto, de ser complementada com o ensino de conhecimentos teóricos também (*ibid*).

Se os jornalistas, geralmente, não têm formação adequada sobre a temática dos direitos humanos, o mesmo acontece na academia, onde são poucos os investigadores que estudam sobre jornalismo de direitos humanos, o que prejudica a formação de futuros jornalistas nesta área. Estas lacunas abrem espaço para que se possam adicionar informações cruciais no âmbito do estudo dos meios de comunicação social, para uma melhor compreensão dos direitos humanos e para que a elaboração das histórias seja feita correctamente, criando limites no seu trabalho (Dias, 2013, p. 7; Shaw, 2012, p.9; Hilgert, 1997, p. 27; Holm, 1997, p. 47).

A educação jornalística, contudo, ainda é moldada pela sua base doméstica. O jornalismo tem sido sempre, antes de mais, uma profissão nacional. Os jornalistas trabalham na sua língua nacional. Dirigem-se a audiências nacionais. Relacionam-se com o governo nacional. O termo editor estrangeiro significa que o exterior tem sido visto como uma área especial, importante, mas isolada. (...) A estrutura da formação em jornalismo nos diferentes países europeus foi moldada pelas diferentes culturas dos meios de comunicação social. Em alguns países é uma formação profissional em exercício, com pouca ou nenhuma escolaridade formal. Noutros países é uma disciplina académica que faz parte de uma estrutura de graduação universitária (Holm, 1997, p. 47).

A relação entre o jornalismo e os direitos humanos está mais que assumida, mas não é especificada o suficiente para ser alvo de discussão e de estudo por parte do meio académico ou mesmo dos seus intervenientes (Shaw, 2012, p.12). Neste ângulo, pode-se argumentar que os meios de comunicação são um dos veículos das ideias e dos valores dos direitos humanos, pois actuam com base em diferentes perspectivas culturais e contribuem para que essas mesmas perspectivas culturais permaneçam (Dias, 2013, p. 25). Sendo os jornalistas os primeiros a testemunharem e denunciarem o abuso dos direitos humanos, devem proceder à recolha de factos, tendo sempre em consideração as questões culturais para que haja um aumento da integridade, da veracidade dos factos e obrigação ética.

Ora, o trabalho jornalístico de direitos humanos não se deve focar apenas no testemunho, mas também no relato directo dos abusos de direitos humanos, que inclui muito mais que violência política – genocídio, prisões e detenções arbitrárias, execuções extrajudiciais, violações físicas, limpeza étnica ou maus-tratos de prisioneiros –, e talvez mais importante, a violência económica, social e cultural, como a pobreza absoluta, a fome, a migração forçada, o trabalho forçado, o tráfico humano, a marginalização ou a exclusão de minorias. Perante estas violações dos direitos humanos, os jornalistas têm de seleccionar as suas narrativas e escolher palavras que possam impactar positivamente a sociedade e as pessoas aludidas (Trindade e Inácio, 2017, p.4; Shaw, 2012, p.18, p.53).

Com o desenvolvimento dos movimentos sociais muitos jornais optaram por criar selos específicos sobre a temática dos direitos humanos, por ser um assunto com cada vez mais impacto e atenção por parte dos meios de comunicação e da sociedade, ainda que a sua importância na agenda tenha voltado a diminuir e tenha perdido importância, são muitos os meios de comunicação que começam a valorizar a temática por isso criam estratégias para atrair o público. Fernandes (2002) explica que:

O jornalismo não é uma instância separada da sociedade, mas sua apresentação dos fenómenos baseia-se num repertório vivo que existe nas esferas sociais. O jornalismo, mesmo sem aprofundar-se, obviamente, nas discussões filosóficas, políticas e históricas que envolvem as questões dos direitos humanos, mesmo sendo, muitas vezes, superficial e retrógrado numa ou outra abordagem, traz à cena pública novos actores sociais, e uma nova maneira de olhar e reconhecer conflitos e incertezas que os envolvem, e as tentativas de mudar os padrões vigentes de desigualdade em que se acham. O jornalismo torna-se, assim, um espaço público fundamental para a democracia e para os direitos humanos (*ibid*, p. 11).

O papel que este género tem vindo a desempenhar e o modo como encara a temática é crucial para a divulgação dos factos como ocorrem e, de certo modo, alertar os indivíduos para o que acontece dentro das suas comunidades. Este género de jornalismo acaba por ter influência comunitária pela capacidade de abordar diferentes

temas que possam ser discutidos criticamente pelo público, permitindo uma reflexão sobre os vários temas e posteriormente uma mudança do paradigma (Miguel & Sousa, 2018, p.2).

Contudo, o facto de as pessoas não estarem informadas acerca de como devem proceder sobre um tema tão sensível, causa desinformação e a própria informação terá um impacto negativo, diferente do esperado. Tal acontece devido ao modo como os jornalistas passam a informação, por exemplo, quando se ouve falar sobre a questão dos refugiados na Europa, muitos jornalistas limitam-se a destacar números e não destacam pessoas, isto é, caso reportassem a história de uma ou duas pessoas que vive em campos de refugiados e expusessem a falta de condições e, posteriormente, a violação dos seus direitos, o público não ignorava nem pensaria serem apenas mais um número de mortos, desvalorizando a situação e permitindo que esta temática perca importância na sociedade.

No caso concreto do jornalismo de direitos humanos, o papel deste passa por divulgar informações – sem tomar partido ou beneficiar – de maneira que as pessoas reflitam sobre as informações e tomem iniciativa para fazer algo. Ainda assim, a designação e o debate desta temática são desafiantes para os jornalistas, por terem uma acção importante na promoção dos direitos e uma função crucial na abordagem qualificada e problematizada do tema. Para isso, os jornalistas necessitam de conhecer a génese do conflito, como este se desenvolveu e como a resposta face ao conflito em questão possa reduzir o risco de violência (Miguel & Souza, 2018, p.2; Shaw, 2012, p. 54).

Vidigal (2002, p.1) considera que actualmente as reportagens descrevem somente a situação de forma simplória e não existe preocupação em explorar mais tanto o tema ao permitir que as personagens tenham um papel mais importante do que descreverem na primeira pessoa o que passaram. Neste sentido, observa-se cada vez mais que para muitos jornalistas o facto de citarem as pessoas que contam as suas histórias é suficiente para alertar para a problemática da violação dos direitos humanos, tratando-se de uma reprodução dos factos e não uma divulgação ou alerta para a violação dos direitos humanos.

Porém, os jornalistas devem recorrer às suas capacidades enquanto divulgadores da verdade, aprofundando as temáticas e factos que em muitos casos são ocultados aos cidadãos e que impedem os jornalistas de terem rigor e clareza na divulgação das notícias. O intuito passa pelo encorajamento de respostas no âmbito dos direitos humanos, de forma a se encontrarem soluções para estas problemáticas. Em consequência deste rigor, a prática do jornalismo de direitos humanos exige um

conhecimento profundo dos artigos da DUDH e das leis das constituições de cada país (Shaw, 2012, p.55).

Plaut (2014, p. 2) destaca que existem tensões entre discursos, análises e práticas do jornalismo de direitos humanos, considerando que essas tensões são baseadas em ideias de objectividade, enquadramento e credibilidade e, ainda, de que o jornalismo presta um serviço de informação relativo ao que acontece no mundo e importante a nível (inter)nacional. De modo a impedir que algo aconteça e para atenuar os abusos dos direitos humanos, os defensores desta temática enviam informações às pessoas ou entidades que possam dar voz a quem não a tem. Não raras vezes, essas pessoas são os próprios jornalistas (*ibid*, p.6).

O que caracteriza este género jornalístico é o interesse humano, que tem causado “cansaço da compaixão”, acabando por não apelar aos sentimentos e à compaixão dos leitores. Por outras palavras, os jornalistas precisam de mudar o modo como reportam e denunciam a violência dos direitos humanos, tendo formação académica e literatura bibliográfica neste âmbito (McLuhan, 1962, p. 11).

Herman e Chomsky (1988) criticam o uso negativo da propaganda dos meios de comunicação que acabam por desproteger as vítimas de direitos humanos e, é através da sua obra *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* (1988) que abordam a teoria do modelo de propaganda, identificando um sistema preconceituoso nos meios de comunicação causados por factores económicos estruturais. Para os autores, os órgãos de comunicação são empresas comerciais, que acabam por lucrar com a venda dos seus produtos – como os leitores e as audiências nas cadeias televisivas – para outras empresas, esquecendo-se de providenciarem notícias de qualidade e factuais destinadas ao seu público.

O jornalismo é um direito humano e, apesar dos dados actuais nos indicarem que um número crescente de países impede a liberdade de imprensa, há, por outro lado, muitos países que usufruem de condições completas para a prática livre do jornalismo²⁵. O artigo 19 da DUDH indica protecção na liberdade de expressão e de imprensa²⁶, ainda assim, é dos mais discutidos no direito internacional (Dias, 2013, p.38).

De facto, a liberdade de imprensa e de comunicação social é uma área significativa da actividade regulatória internacional, geralmente considerada como fulcral para a facilitação dos direitos

²⁵ De acordo com o índice de Liberdade de imprensa dos Repórteres Sem Fronteiras para 2020, Noruega, Finlândia e Dinamarca encabeçam a lista de países que reúnem boas condições para a prática do jornalismo, enquanto que a Eritreia, o Turquemenistão e a Coreia do Norte estão no extremo oposto. Estes dados estão disponíveis online. (<https://rsf.org/pt/classificacao%20>)

²⁶ Transcrição: "Todos têm direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferências e de procurar, receber e transmitir informações e ideias através de qualquer meio de comunicação e independentemente das fronteiras" (Art.19 DUDH).

humanos, universalmente reconhecida como base para a contestação e salvaguarda de outros direitos (Ignatieff, 2001 *apud* Dias, 2013, pp. 38-39).

Por outro lado, não se pode desconsiderar que, apesar de o jornalismo ter um papel crucial na promoção dos direitos humanos, este poderá ter uma abordagem diferente, instigando ao ódio e à violência. Existem muitos casos deste género, em que a manipulação por parte dos meios de comunicação é utilizada como ferramenta para inflamar as queixas e acelerar a escalada de conflitos violentos (Shaw, 2012; Dias, 2013). “À luz das evidências históricas, a rádio estatal e a televisão são armas poderosas no contexto da crise política e da instabilidade, que normalmente é decidida através de meios não convencionais²⁷” (Dias, 2013, p.39).

O facto de os meios de comunicação desejarem cada vez mais audiências impede que a informação de qualidade seja transmitida e que a preocupação por questões como a violência dos direitos humanos, seja colocada em segundo plano. Ainda assim, muitos são os jornalistas que protestam contra o imediatismo que existe em torno do jornalismo de direitos humanos – essencialmente, pelo sensacionalismo que, muitas vezes, é-lhe associado – e que causam a queda no esquecimento destes temas (*ibid*). Tal acontece porque, mais uma vez, os jornalistas não sabem como reportar este género de notícias, por não terem as ferramentas correctas, pela falta de formação acerca da temática, acabando por procurar histórias de pessoas comuns que sabem que podem ser mais impactantes e que poderão interessar – ou exaurir - os leitores (Trindade & Inácio, 2017, pp. 8 e 9).

Martin Shaw (1996, p. 182) defende que as pessoas envolvidas em situações de conflito são cada vez menos representadas como vítimas e mais como participantes. Todavia, Rose (2017, p.86) destaca que algumas Organizações Não Governamentais (ONG's) e a ONU continuam a contribuir significativamente para a divulgação e publicação de manuais, de documentos e de *workshops* que permitem uma formação adicional sobre os direitos humanos.

Para este fim, as Nações Unidas e várias ONG começaram a publicar manuais de "como fazer" que, em diferentes graus, identificavam as normas e os princípios dos direitos humanos que os nossos analistas precisariam de compreender para abordar de forma consistente o seu trabalho do ponto de vista dos direitos (Rose, 2017, p.86).

O intuito é que os profissionais da comunicação social possam identificar os padrões dos direitos e os princípios jornalísticos necessários para uma abordagem consistente, tendo em consideração que a ideia principal do jornalismo de direitos humanos é

²⁷ Tradução nossa a partir do original “In the light of historical evidence, state radio and television are powerful weapons in the context of political crisis and instability, which is usually decided through unconventional means.” In Dias, S. (2013). *Reporting Human Rights: A Study of Broadcast News Representations and Journalism Practices*. Doctoral Thesis in Philosophy. Cardiff: Cardiff University. P. 39.

relatar histórias de pessoas em situações de conflitos não como vítimas, mas como participantes. “Para isso, os jornalistas teriam de receber formação sobre a natureza, a importância e a responsabilidade de fazer progredir diariamente os direitos humanos” (*ibid*).

Segundo o relatório *The International Council on Human Rights Policy* (2002) as ONG's são as fontes primárias dos jornalistas, o que obrigou a que muitas instituíssem gabinetes de imprensa de forma a estimular as relações com os órgãos de comunicação e o desenvolvimento dos seus próprios meios de informação. Muitas ONG's transmitem informações aos jornalistas através da produção de incontáveis publicações que se destinam a diferentes públicos, mas que destacam diversos assuntos e que têm influência na cobertura jornalística acerca dos direitos humanos (ICHRP, 2002, p.65).

De acordo com o relatório *The International Council on Human Rights Policy* (2019), o gabinete da ONU para os Direitos Humanos treina cerca de 80 jornalistas, 26 dos quais são mulheres, que aprendem sobre as leis (inter)nacionais dos direitos humanos, jornalismo e ética, meios de comunicação e conflitos, e resolução de conflitos, meios de comunicação e eleições, e meios de comunicação e legislação (ICHRP, 2019, p.209).

Tibbitts (2002, p. 11) considera que se deve educar os jornalistas com base nos princípios dos direitos humanos, tornando a reportagem baseada nos direitos uma obrigação fundamental dos jornalistas, dando-se assim um passo necessário e importante na construção de uma cultura de democracia baseada nos valores dos direitos. Rose (2017, p. 86) informa que apesar da percepção e de alguns estudos realizados no âmbito do jornalismo de direitos humanos:

Infelizmente, ainda não foi criado um método sistemático e universal de educação dos jornalistas em matéria de reportagem baseada nos direitos. O fracasso em alcançar este objectivo deve-se em parte ao facto de que, nos casos em que foram feitas tentativas para pôr o conceito em prática, não houve praticamente nenhuma avaliação crítica da sua eficácia (*ibid*).

São muitos os autores que alertam para o atropelo sobre os direitos humanos. Bauman procurou responder a questões relacionadas com as “consequências humanas” de desenvolvimento social, de entre as quais considerou a moralidade como uma responsabilidade individual ou pessoal, a base num impulso inerente e pré-social. Para o autor, a moralidade é uma questão de escolha e sacrifício pessoal em circunstâncias hesitantes, acabando por distanciar a sua teoria dos princípios que justificam a protecção legal dos direitos humanos (Bauman, 1993, pp.17-18).

Bauman (1993, pp.19-21) faz uma ligação da moralidade com a ideia de responsabilidade, em que a lei internacional dos direitos humanos tem tentado

consolidar. Deste modo, o autor destaca o papel dos meios de comunicação ao representarem positivamente a globalização e a ignorância das suas consequências negativas que podem passar aos seus leitores e/ou à sua audiência.

Beck (1992) e Bauman (1993) não abordam em concreto os direitos humanos, mas as suas concepções de modernidade, que remetem para a noção de cosmopolitismo, que são consideradas pontos de vista sobre os direitos humanos. Beck defende que estar em risco global é uma condição humana do século XXI, mais ocupada com o debate, a prevenção e a gestão dos riscos que tem produzido. Isto representa uma condição estrutural incontornável de uma industrialização avançada com consequências para o ambiente e para as sociedades cercadas por conflitos. Estes riscos pressupõem decisões humanas, que são parcialmente positivas e negativas devido às decisões e intervenções anteriores (Beck, 1992, pp. 19-22).

É neste seguimento que muitos académicos sustêm o argumento de que os meios de comunicação recorrem ao sofrimento humano para aumentar as audiências, através da divulgação de imagens chocantes de vítimas de guerras civis, de genocídios, de massacres e de outras violências contra populações civis. Tendo como base neste género de acções entende-se que os meios de comunicação tentam influenciar o público a querer fazer algo relativamente ao sofrimento humano e que pode ser considerado como uma estratégia de propaganda, além de obrigar o espectador a participar passivamente na morte e na dor sem sequer se aperceber: “através de uma extensa cobertura mediática, imagens de sofrimento distantes tornaram-se parte da percepção dos cidadãos comuns sobre conflitos e crises no mundo” (Hoijer, 2004, p.514).

Situações desta ordem originam o alargamento de um “discurso global de compaixão” que se enquadra nas razões para a violência e para os conflitos mundiais, uma compaixão global considerada moralmente correcta na luta por uma democracia cosmopolita, em que os crimes contra a humanidade e as violações dos direitos humanos são condenados pela comunidade internacional. O facto de os meios de comunicação serem os intermediários entre o público, os conflitos mundiais e as violações dos direitos humanos inspiraram teorias pessimistas relativamente ao papel ético da mediação (Hoijer, 2004, pp. 513-518).

Moeller (1999, p.2 *apud* Dias, 2013, p. 30) desenvolveu o conceito de fadiga da compaixão, com base no estudo da cobertura jornalística relativamente à fome na Etiópia, na Somália e no Sudão e ainda sobre os abusos dos direitos humanos através dos conflitos civis na Bósnia e em Ruanda. Segundo a autora, esta fadiga é causada pelo não reconhecimento do fracasso da reportagem internacional, gerando uma curta

atenção por parte do público e um tédio sobre as notícias internacionais. Defende ainda que estas narrativas mediáticas incitam a uma sobrecarga de imagens e normalizam o sofrimento humano, acabando por anestesiar o público.

No seguimento desta ideia, Cohen (2011, p. 191) argumenta que a fadiga da compaixão significa habituar-se às más notícias e desenvolver uma relutância ou incapacidade para responder às exigências de ajuda. Tester (2001 *apud* Dias, 2013, p. 30) identificou que a fadiga da compaixão não tem a ver com o individualismo ou a indiferença do público, mas que se relaciona directamente com o modo como a mensagem noticiosa passa o sofrimento alheio.

O jornalismo de direitos humanos passa pela divulgação de abusos dos direitos humanos, para que as intervenções humanitárias possam ter algum significado e para prevenir ou chamar a atenção para os abusos exercidos e para que todas as vítimas tenham igual atenção e cobertura por parte dos média (Shaw, 2012, p.21). Neste sentido, surge o diagrama da tipologia de violência directa e indirecta de Lynch e McGoldrick, que se caracteriza por três pontos do triângulo de conflito ABC de Galtung (Figura 1) e se divide por atitude, comportamento e contradições (Galtung, 2005, *apud* Shaw, 2012, p.29).

- Comportamento: É representado no topo do triângulo como violência directa/física – bater, espancar, esfaquear, atirar, bombardear, violar, torturar (Violência Visível – Visible Violence);
- Atitude: Representada na parte inferior esquerda do triângulo como violência cultural – discurso de ódio, complexo de perseguição, mitos e lendas de heróis de guerra, justificativas religiosas para a guerra, ‘escolha’ / ‘ser o povo escolhido’, arrogância civilizacional (Violência Invisível – Invisible Violence: sob a superfície);
- Contradições: É representado no canto inferior direito do triângulo como violência estrutural – colonialismo, apartheid, escravidão, ocupação militar, corrupção/conspiração/nepotismo, impunidade, patriarcado, injustiça económica (Violência Invisível – sob a superfície)²⁸

²⁸ Tradução nossa a partir do original “**Behaviour:** This is represented at the top of the triangle as direct/physical violence – hitting, beating, stabbing, shooting, bombing, raping, torture (VISIBLE VIOLENCE); **Attitude:** This is represented at the bottom left of the triangle as cultural violence – hate speech, persecution complex, myths and legends of war heroes, religious justifications for war, ‘chosenness’/‘being the chosen people’, civilizational arrogance (INVISIBLE VIOLENCE – under the surface); **Contradictions:** This is represented at the bottom right of the triangle as structural violence – colonialism, apartheid, slavery, military occupation, corruption/collusion/nepotism, impunity, patriarchy, economic injustice (INVISIBLE VIOLENCE – under the surface)” In Shaw, I.S. (2011). *Human Rights Journalism*. London: Palgrave Macmillan. P.29

Figura 1. Triângulo de conflito ABC de Galtung



Fonte: Shaw, I.S. (2012). *Human Rights Journalism*. London: Palgrave Macmillan. P.29²⁹

É possível considerar os conceitos de paz e de direitos humanos como direitos da comunicação, porque os direitos humanos podem levar à paz e juntos podem garantir liberdade e segurança na comunicação (Shaw, 2012, p.29). Neste sentido, Schirch (2002, p.210) argumenta que “é possível que as palavras ‘direitos humanos’ e ‘construção da paz’ sejam pronunciadas ‘ao mesmo tempo’”. Esta opinião pode ser dificilmente contestada, dada a extensão em que os conceitos estão interligados”. Schirch (2002, p. 210) apresenta um gráfico que explica as tensões entre direitos humanos e paz, assim como as diferenças filosóficas (Figuras 2 e 3):

Figura 2. Gráfico de Schirch, 2002: Tensões entre direitos humanos, resolução de conflitos e construção de uma paz justa

	Human rights	Conflict resolution	Justpeacebuilding
Analysis of conflict	Conflict causes human rights abuses and human rights abuses cause conflict	Unmet human needs cause conflict	Unmet human needs cause conflict
Goals	Identify, stop and prevent human rights abuses	Help groups in conflict jointly identify and meet needs within a structured, problem-solving process	Focus on meeting the human needs and human rights of all groups through a variety of short-term, intermediate and long-term approaches
Stance or value framework	Advocates on behalf of victims and punishes human rights offenders; articulates and advocates a human rights value framework	Uses language of neutrality and impartiality to describe third-party intervener's commitment to not taking sides in a conflict	Uses a motto of "Impartial to People, Partial to Values"; defines values consistent with human rights documents

Fonte: Schirch, L. (2002) *Human Rights and Peacebuilding: Towards Justpeace*, paper presented to 43rd Annual International Studies Association Convention. New Orleans, Louisiana, p. 210.

²⁹ Observação: “Galtung, J. (2004) ‘Violence, War, and Their Impact: On Visible and Invisible Effects of Violence. Transcend: Peace and Development Network for Conflict Transformation by Peaceful Means.’ Forum for Intercultural Philosophy 5 (2004). Online: <http://them.polylog.org/5/fgj-en.htm>. adapted from Lynch and McGoldrick (2005).” (Shaw, 2012, p.29).

Figura 3. Gráfico de Schirch, 2002 (Continuação)

	Human rights	Conflict resolution	Justpeacebuilding
Concept of justice	In most cases understands justice within the traditional legal/judicial framework where states or international bodies identify and punish offenders; focuses on the rule of law and equality before the law	Does not use the concept of justice in defining conflict resolution practice.	Understands justice within a restorative framework that centers on restoring victims and meeting their needs, holding people who have committed crimes accountable to victims needs, while also addressing offender needs
Coordination with other approaches	Little coordination with other approaches to conflict	Focus on bringing parties in conflict together to the negotiation or mediation "table"	Long-term framework that includes a variety of peace-building processes, including both human rights and conflict resolution approaches

Fonte: Schirch, L. (2002) *Human Rights and Peacebuilding: Towards Justpeace*, paper presented to 43rd Annual International Studies Association Convention. New Orleans, Louisiana, p. 210.

Desta forma, entende-se que o trabalho das organizações de direitos humanos é considerado como uma defesa contra os abusos dos direitos humanos, através da punição dos violadores. Porém, os defensores dos direitos humanos acreditam que os padrões de comportamento reconhecidos pela DUDH podem ser solucionados através do recurso à justiça de forma a punir os violadores pelos seus crimes. Sendo recorrente que tanto vítimas quanto infractores, acabam por ser culpados pelos actos de violação dos direitos humanos e o mesmo não pode acontecer (Schirch, 2002, p.210).

Por outras palavras, os defensores dos direitos humanos preocupam-se com a existência de parcialidade na resolução de conflitos, enquanto a justiça se preocupa com o valor de imparcialidade, preferindo a neutralidade, o que pode levantar questões no que respeita ao modo como a justiça é aplicada e se as vítimas não acabam por se tornar em parte culposas em vez de vítimas (*ibid*).

Em vez de serem “uma ponte mediadora entre grupos em conflito, permitindo que cada um tenha empatia pelo outro, a partilhar perspectivas sobre a verdade e trabalharem juntos para encontrar maneiras de seguir em frente é considerado incompatível frequentemente” e acaba por ser a consequência do aumento da injustiça (*ibid*).

A exposição que os meios de comunicação fazem com a divulgação dos abusos dos direitos humanos tem sido “silenciosa” e uma “reação oficial típica”, ou seja, uma

reação caracterizada por “negação, indignação, comissões de inquérito, selecção dos acusados e, acima de tudo, promessas de que se fará melhor”³⁰ (Shaw, 2012, p.44).

Apesar de as notícias serem focadas nos eventos, acabam por ser as pessoas que estão atrás do evento, aliado aos seus pensamentos e à forma como são expressos que fornecem o carácter, a cor e a diversidade ligadas com o público (Holmes *et al.* 2014, *apud* Downman e Ubayasiri, 2017, p. 27).

O Concelho Internacional de Política dos Direitos Humanos (International Council on Human Rights Policy – ICHRP) realizou um estudo, em 2002³¹, com duração de dois anos, em que entrevistaram mais de setenta jornalistas de diferentes países. De acordo com o documento, “os direitos humanos estão cada vez mais integrados em estruturas políticas, os jornalistas têm o dever profissional de reportar sobre este assunto com exactidão, justiça, consciência e conhecimento preciso sobre os direitos humanos” (ICHRP, 2002, pp.161-164).

Em 2008, o Relatório do Projecto Filipino dos Direitos Humanos – Direitos Humanos e Jornalismo - identificou que os jornalistas necessitam de ser mais “cuidadosos e sensíveis sobre os possíveis perigos e armadilhas³²” quando reportam casos de violência política e, ainda que “embora os jornalistas devam ter o cuidado de distinguir entre uma política de violações dos direitos humanos e um acto isolado de abuso dos direitos humanos, devem estar preparados para relatar quaisquer violações dos direitos humanos por qualquer grupo³³”.

O mesmo relatório refere ainda que “o princípio subjacente dos direitos humanos é a universalidade: todos têm direito à protecção da vida e à liberdade de abusos, independentemente da origem étnica, da religião ou do género³⁴” (Shaw, 2011, p.45). De maneira que o jornalismo tenha como base os direitos humanos, deve apresentar uma abordagem holística dos mesmos e que seja constituída por direitos de primeira geração (civis e políticos) e por direitos de segunda geração (económicos, sociais e culturais) (*ibid*, p.58).

³⁰ Tradução nossa a partir do original “(...) denial, outrage, commissions of enquiry, selective prosecutions and, above all, promises to do better.” In Shaw, I.S. (2012). *Human Rights Journalism*. London: Palgrave Macmillan. P.44

³¹ *International Council on Human Rights Policy*, 2002. Consultado a 9 de Janeiro de 2021, disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/AboutUs/annualreport2002.pdf> (p.161-164)

³² Tradução nossa a partir do original “careful and sensitive about the possible dangers and pitfalls” In Shaw, I.S. (2012). *Human Rights Journalism*. London: Palgrave Macmillan. P.45

³³ Tradução nossa a partir do original “although journalists must take care to distinguish between a policy of human rights violations and an isolated act of human rights abuse, they must be prepared to report any human rights violations by any group” In Shaw, I.S. (2012). *Human Rights Journalism*. London: Palgrave Macmillan. P.45

³⁴ Tradução nossa a partir do original “the underlying principle of human rights is universality: everyone is entitled to protection of life and freedom from abuse, regardless of ethnic origin, religion or gender” In Shaw, I.S. (2012). *Human Rights Journalism*. London: Palgrave Macmillan. P.45.

Neste ângulo, Deuze (2005, p.425) identifica a relação entre os “novos meios de comunicação” e o multiculturalismo como um mecanismo a repensar o jornalismo, sendo este uma das questões cruciais no jornalismo, isto porque os jornalistas são constantemente confrontados com as suas responsabilidades. Segundo o autor, isto altera o foco e os valores noticiosos actuais dos profissionais da comunicação social.

Por seu turno, Bierhoff (1999 *apud* Dowman & Ubayasiri, 2017, p.34) caracteriza a sociedade multicultural como um “ponto de orientação” para os jornalistas, por serem factores que potencializam os campos de batalha e geram fluxos constantes de eventos, factores estes como: “Raça, a língua, a etnia, entre outros”. Por outras palavras, o multiculturalismo é útil para garantir a diversidade no jornalismo.

Ainda assim, existem outros académicos que apresentam diferentes perspectivas sobre o papel do jornalismo de direitos humanos e as características que este deve apresentar. Deste modo, Hartley, argumenta que para se considerar o jornalismo como um direito humano, é crucial teorizá-lo como um ofício e alargar o que deve ser considerado como jornalismo além do modelo de “processo democrático”. Defendendo ainda que a definição que caracteriza o jornalismo deve ter em conta a aceção de ser humano, evidenciando a vida e as experiências privadas das pessoas, sem esquecer de que são humanas e que não devem ser desfavorecidas apenas pelo género, etnia, nacionalidade, idade ou questões económicas e sociais (Hartley, 2007, p. 10).

O autor propõe assim um passo importante na produção de jornalismo mais inclusivo, relevante e acessível. Os jornalistas representam as pessoas há centenas de anos, desde a altura da Revolução Francesa que são considerados como pilares de influência, enquanto são satirizados pelos governantes por se atreverem a desafiar a autoridade (Hartley, 2007, p 10; Dowman & Ubayasiri, 2017, p.50).

Ainda que seja importante que os meios de comunicação trabalhem de forma independente, garantindo que os direitos humanos e situações de injustiça sejam denunciados, é também importante que exista um governo estável e democrático. Foi com base nesta ideia que muitos jornais da época da Revolução Francesa decidiram relatar sem medo o que acontecia, guiando-se por valores que continuam a ser importantes para que o jornalismo possa fazer a diferença num panorama social (Downman & Ubayasiri, 2017, p.50). “A lição jornalística da Revolução Francesa é que, em momentos de crise nacional, os jornalistas encontram-se muitas vezes divididos entre o seu papel profissional como observadores destacados dos acontecimentos e o seu envolvimento como activistas (2003, p. 43)” (Hargreaves, 2003 *apud ibid*).

O jornalismo é actualmente uma indústria complexa focada apenas em interesses, valores e envolvimento de concorrentes com a tecnologia e as novas formas de

narrativa, impedindo a compreensão do papel do jornalismo num contexto contemporâneo, o que contribuí para o cinismo do jornalismo e para o questionamento deste, enquanto primeira fonte verídica (Downman & Ubayasiri, 2017, p.50).

No próximo ponto iremos abordar a questão destes novos valores de notícia, isto porque no jornalismo de direitos humanos, os critérios terão de se adaptar, pois, o conteúdo apresentado pelos jornalistas deve ser mais cuidadoso, devido ao seu carácter sensível face ao assunto.

2.3. Os valores notícia e o jornalismo de direitos humanos

A notícia é um conceito complexo que mantém muitos jornalistas e académicos ocupados a tentar definir o seu conceito de forma tão clara quanto ambígua, desenvolvendo os valores de notícia para poder explicar a sua credibilidade (Downman & Ubayasiri, 2017, p. 26).

Um dos métodos bases utilizados por académicos, há mais de 50 anos, no estudo dos meios de comunicação social e por jornalistas na realização das suas reportagens é a conceptualização seminal de valores noticioso de Galtung e Ruge (1965, pp. 64-91). Contudo, o uso destes valores noticiosos tem se apresentado como um grande desafio, isto porque, um dos aspectos principais da análise é baseado nos eventos relatados em vez da cultura noticiosa. Este método em vez de construir notícias em torno de conceitos abstractos como a consonância, o significado e o inequívoco, limita-se ao relato focado no ser humanos e relaciona-se directamente com a maneira como os intervenientes que narram a história são representados e enquadrados na narrativa, isto acontece porque as pessoas acabam por se interessar mais pela vida dos outros (Downman & Ubayasiri, 2017, p.25).

Segundo, Downman & Ubayasiri (2017, p.27), muitos académicos defendem que 1) os valores de notícia que se definem como propriedades de eventos, histórias ou princípios poderão ser aplicados pelos jornalistas para seleccionar eventos ou histórias como notícias; 2) pela aplicação de valores de notícias em organizações noticiosas que geralmente decorre na cultura da redacção e 3) se deve considerar o reconhecimento de histórias como notícias quando incluem a voz e a representação dos seres humanos.

A aplicação dos valores de notícia de Galtung e Ruge permite que as histórias só tornem notícias sobre os direitos humanos se se enquadrarem nos seguintes critérios presentes na tabela 1:

Tabela 1. Valores de notícia de Galtung e Ruge (1965, p.65)

Frequência	Eventos que se desenrolam convenientemente dentro do ciclo de produção de um meio de comunicação tornando-se mais provável de serem relatados.
Limite	Quanto maior o evento, quanto mais pessoas o evento afectar, maior probabilidade de ser realidade.
Não ambiguidade	Quanto menos maneiras houver de interpretar um evento, maior probabilidade de este ser relatado.
Significado	Quanto mais culturalmente próximo ou relevante for um evento, maior será a probabilidade de ser relatado.
Consonância	Caso um jornalista tenha uma pré-imagem mental de determinado evento, esperando que o mesmo aconteça, maior probabilidade terá de o evento ser relatado.
Imprevisível	Se um evento for inesperado é provável que seja considerado interessante e noticiado. Deste modo, uma vez que um problema foi noticiado, pela primeira vez, existe uma probabilidade de serem relatados futuros eventos que se relacionem.
Equilíbrio composicional	Um evento que tenha contribuído para a diversidade de tópicos relatados tem mais probabilidade de ser coberto do que o aumento de notícias semelhantes.
Nações e regiões da elite	Eventos que envolvam nações ou regiões de elites são mais prováveis de serem reportados do que eventos que não envolvem as elites.
Pessoas da elite	Eventos que envolvem pessoas da elite são mais propensos a serem notícia dos que os que não envolvem.
Personificação	Eventos que podem ser discutidos em termos de actores individuais são mais prováveis de serem relatados do que aqueles que são resultado de forças sociais abstractas. Da mesma forma, as forças sociais são mais prováveis de serem discutidas nos noticiários por poderem ser ilustradas por meio de referência dos indivíduos.
Negatividade	Um evento com resultado negativo tem maior hipótese de ser noticiado do que um evento de cariz positivo. A grande maioria dos temas noticiosos que lemos ou assistimos são negativos, isto porque, as más notícias vendem.
Conclusão	Se o assunto se encaixar nesta gama de valores de notícia, acaba por se tornar numa notícia.

Fonte: Galtung e Ruge (1965, p. 65)

A tabela 1 representa a teoria de valor de notícia apresentada por Galtung e Ruge (1965, p. 65), contudo ao analisarmos as suas propostas e, tendo em consideração que durante mais de 50 anos diversos jornalistas e académicos fizeram uso destes critérios de valor de notícia, nas suas reportagens, peças jornalísticas ou nos seus estudos académicos, entendemos que no caso específico do jornalismo de direitos humanos, estes critérios não podem ser aplicados.

Por outras palavras, no nosso entender não é importante que “o interesse na vida das outras pessoas” aumente as audiências ou venda mais do que a verdadeira história e o verdadeiro intuito que está por detrás da sua divulgação que é alertar para a violação dos direitos humanos e de certa forma acaba por ser um pedido de consciência para com a sociedade e com os líderes e governantes acerca do que ocorre no mundo.

Do nosso ponto de vista, o foco importante é nas pessoas e não nas elites (como é apresentado na tabela 1), demonstrando um lado humanitário; lado esse que não é referido ou sequer crucial para os autores. Com efeito, e apesar de alguns dos critérios

serem aplicáveis, deve-se considerar sempre o lado humano e não procurar polémicas ou sensacionalismos. Em resultado, uma das insuficiências que se encontra nestes valores noticiosos é o facto de se considerar o jornalismo cada vez mais como uma ocupação profissional presente numa indústria corporativa, deixando de se focar no propósito central da actividade.

Desta forma, e com base nas investigações realizadas, decidimos com base na nossa investigação, construir uma tabela do que acreditamos serem os critérios de valor de notícia aplicados ao jornalismo de direitos humanos. O nosso modelo de valores noticiosos, apoiado em Downman & Ubayasiri (2017), integra diferentes níveis, cultural, geográfico, étnico e de género, porque “os próprios valores são construídos em torno do coração que compõe a notícia e o jornalismo – humanos” (p.29).

Tabela 2. Categorias dos novos valores de notícia

Categorias	Novos valores de notícia para jornalismo de direitos humanos
1. Problemática	Entender quais os problemas que a comunidade apresenta
2. Soluções/Informações	Dar à comunidade soluções e informações com base na problemática existente
3. Reportagem de abusos dos direitos humanos	Notícias que simbolizem e/ou reflectam sobre a condição humana – reportar abusos dos direitos humanos
4. Conhecimento das leis	Conhecimento das leis básicas dos direitos nacionais e internacionais do ser humano
5. Responsabilidade social	Conhecimento dos jornalistas sobre diferentes culturas e etnias – os jornalistas devem ter responsabilidade social numa sociedade democrática e multicultural
6. Notícias humanizadas	As histórias devem ser poderosas, humanas e deverão encontrar-se na nossa comunidade, merecendo exposição, sem cair em sensacionalismos ou elitismos – as pessoas importam mais que as elites
7. Investigação dos factos	Esforço para investigar a história da perspectiva de quem não beneficia das actuais estruturas de poder
8. Linguagem jornalística	A linguagem deve ser humanizada e o jornalista deve ter cuidado para não cair no erro de vitimizar ou culpabilizar os intervenientes
9. Positividade	A escolha das palavras e das narrativas deve impactar positivamente tanto os intervenientes, quanto o público-alvo – maior compreensão dos contextos em que as notícias são produzidas e o seu público-alvo
10. Ênfase das histórias	Deve existir uma preocupação com as entidades e intervenientes de forma a dar ênfase às suas histórias e/ou aos seus trabalhos

Fonte: Autoria da investigadora

A tabela 2 tem como intuito auxiliar os jornalistas de direitos humanos na realização das suas notícias e/ou reportagens. Ainda que os novos valores de notícia se assemelham aos artigos do Código Deontológico português, o objectivo é que os jornalistas apreendam que a escrita de notícias ou reportagens referentes aos direitos humanos deve ter outra abordagem face às notícias ou reportagens de informação geral.

Desta forma, a ligação entre o jornalismo e os direitos humanos é crucial já que “os valores humanitários, verdadeiros, holísticos e empoderadores são claros” (Downman & Ubayasiri, 2017, p. 55). Os valores de notícia sobre os direitos humanos têm ampliado mais o seu foco para questões relacionadas com justiça, crimes, leis, política e para o reconhecimento do jornalista como o principal responsável pela comunicação destas questões (*ibid*).

De acordo com Green (2008, *apud* Downman & Ubayasiri, 2017, p. 26), os direitos humanos podem ser divididos em três grupos, (1) direitos civis e políticos, como a liberdade de tortura ou escravatura, (2) os direitos económicos, sociais e culturais, como o direito à educação e (3) direitos colectivos, como o direito à autodeterminação. O autor destaca ainda que segundo a ONU:

A tradição dos direitos humanos traz instrumentos e instituições legais – leis, poderes judiciais e processo de contencioso – como forma de garantir as liberdades e o desenvolvimento humano. Os direitos conferem também legitimidade moral e o princípio da justiça social aos objectivos do desenvolvimento humano. Também direcciona a atenção para a necessidade de informação e voz política para todas as pessoas como uma questão de desenvolvimento – e para os direitos civis e políticos como parte integrante dos processo de desenvolvimento (*ibid*, p.26).

A relação entre os direitos humanos e o jornalismo é antiga, contudo, segundo estudos recentes, esta tem sido ampliada desde 2000, em especial com a situação dos migrantes que fogem dos seus países de origem, países esses que se encontram em guerra ou onde os direitos humanos são constantemente violados (Downman & Ubayasiri, 2017, p. 41).

Segundo a ONG internacional *Internews*, existem dez razões para o aumento da credibilidade dos direitos humanos, sendo que a mudança é realizada apenas na política global, na crescente consciencialização e tendo interesses por questões sociais e culturais. O facto de o controlo do estado ter se alterado em relação aos meios de comunicação, o aumento de organizações e movimentos que promovem os direitos humanos e a maior expansão das Nações Unidas, ONG's e de outros movimentos que têm vindo a acompanhar a expansão das redes sociais possibilitam um crescente interesse nestas áreas. O seu aumento ajudou a que os direitos humanos começassem a integrar a agenda das redacções e a tornarem-se em valor de notícia (Internews, 2012, p. 60 *apud* Downman & Ubayasiri, 2017, p.41).

Deste modo, podemos concluir que os direitos humanos são a base dos valores de notícia, contudo, muitas foram as vezes em que o papel das ONG's e da própria ONU como fonte de notícias foi descurado ou então o seu valor enquanto notícia sobre os direitos humanos baseou-se noutros valores noticiosos. É neste sentido que académicos e jornalistas que estudam sobre a comunicação social e os direitos humanos consideram que este género jornalístico deverá ter um valor noticioso autónomo e

acrescido, pois o assunto é mais sensível e merece maior compreensão na narrativa que se transmite ao leitor/ouvinte (Downman & Ubayasiri, 2017, p. 41).

Segundo Hesse (2013, pp. 45-60), pode se considerar como valor de notícia informações que tenham como foco principal o ser humano, de forma a alertar a sociedade para o que acontece numa determinada comunidade, isto porque, ainda que a humanidade seja complexa, esta tem um “sentido de lugar” que lhe permite criar ligações físicas, psicológicas e/ou sociais com outros indivíduos num determinado território geográfico.

Por outro lado, Rosenberg (2014 *apud* Downman & Ubayasiri, 2017, p. 42) considera que as notícias não necessitam de prescrever uma lista de novos valores, mas antes contar diariamente histórias que definam, simbolizam e reflectam a condição humana. Ora, o jornalismo de direitos humanos deve, assim, focar-se em histórias que sejam poderosas e interessantes, que muitas vezes estão ao nosso redor e que merecem a sua exposição. Isto, por si só, já deve integrar o quadro de novos valores de notícias, pois o intuito é olhar para o que se encontra na comunidade e dar-lhe voz.

O jornalismo de direitos humanos possibilita uma mudança de paradigma e tem-se agregado à mudança social. Isto acontece devido às narrativas que os jornalistas produzem de forma a alertar para as violações dos direitos humanos que ocorrem em diversos países, assim como da falta de liberdade dos meios de comunicação. Tal acção permite uma mudança social e gera levantamento de questões por parte da comunidade. Assim sendo, pode-se afirmar que os meios de comunicação possibilitam que a sociedade permaneça informada sobre o que decorre no seu país e na própria comunidade, pois como observámos, há muitos acontecimentos que merecem a atenção por parte dos jornalistas, relativos a pessoas comuns – perto ou distantes – e sofrem de escravidão, violência doméstica física e psicológica. São este género de situações que merecem divulgação, contudo, a maneira como a informação é passada deve evitar criar o efeito de massacre de compaixão sobre o massacrado, que no caso é o público. O equilíbrio deve ser o denominador comum.

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 3. Problema e metodologia de investigação

Após se ter procedido ao enquadramento teórico, decorrido na primeira parte do trabalho, isto é, “à identificação, localização e análise de documentos que contêm informação relacionada com o tema de uma investigação específica” (Coutinho, 2015, p. 59), inicia-se a segunda parte do estudo com um capítulo dedicado à explicação do desenho da investigação. Como Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019, p.21) referem: “Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica.”

Coutinho (2015, p. 47) explica que este processo de investigação requer planeamento, “desde o momento em que se selecciona a problemática, se formulam as hipóteses, se definem as variáveis e se escolhem os instrumentos, até à fase em que se interpretam e comunicam os resultados”. Neste sentido, tencionamos começar por destacar o problema de investigação e as hipóteses, para de seguida apresentarmos a abordagem metodológica que pretendemos empregar neste estudo e que nos levou a recolher a instrumentos de recolhimento de dados qualitativos.

3.1. Problema e hipóteses de investigação

O ponto de partida desta investigação prende-se com o facto de o jornalismo de direitos humanos pretender abordar questões relacionadas com a defesa dos direitos humanos, concretamente alertar para a sua violação ou abuso, observando e investigando onde decorrem esses abusos e violações contra indivíduos que muitas vezes se encontram ao nosso redor, às vezes na porta ao lado da nossa e nada se faz para combater. Desta forma, a união entre jornalismo de direitos humanos e jornalismo de proximidade é focada na proximidade do jornalismo com a comunidade local e regional, noticiando o que ocorre dentro das suas populações, e que em muitos casos são ignorados. É nesse sentido que o jornalismo é crucial para uma ampla divulgação de lutas e manifestações, pois aproxima o jornalismo e a comunidade envolvente.

O estudo tomou como ponto de partida três questões. (1) Quão importante é a união entre jornalismo de proximidade e de direitos humanos? (2) Existe no jornal *Diário de Coimbra* uma consciencialização relativamente ao jornalismo de direitos humanos? (3)

A abordagem jornalística usada pelo jornalismo de direitos humanos deve diferir da usada pelos meios de comunicação gerais ou deve ser mais cuidadosa e adaptada nas palavras e na mensagem que noticia?

Na primeira parte deste trabalho dissertativo foi possível verificar que as notícias cujo teor referente ao jornalismo de direitos humanos precisa de um cuidado com a linguagem, os factos devem ser bem investigados, o impacto da notícia deve ser positivo, ainda que as circunstâncias não sejam as melhores, pois o objectivo passa por, de forma subtil, dar respostas para a resolução das problemáticas. O facto de as notícias serem escritas no meio regional ou local permite que os jornalistas possam alertar para os abusos que ocorre nas comunidades ao seu redor e também para que a própria comunidade tenha mais atenção e cuidado relativamente a assuntos deste teor.

De modo geral, os jornalistas têm mais atenção aos números, como, por exemplo, número de mulheres que morreram vítimas de violência doméstica, número de doentes com cancro, número de crianças abusadas sexualmente ou número de refugiados mortos a bordo de barcos insufláveis no Mediterrâneo. No nosso entender e tendo como base a tabela 1, intitulada “Valores de notícia apresentados por Galtung e Ruge (1965, p.45)”, apresentada no capítulo 2, as informações estatísticas não têm a mesma relevância para a história como a de uma narrativa humana, por ser poderosa e relevar pormenores que a pessoa em causa tem para contar, merecendo a atenção do jornalista sobre o seu relato de como é viver com cancro, as dificuldades que vive; como é para um cidadão ver-se obrigado a fugir do seu país de origem por conta de uma guerra civil ou religiosa; como é viver numa relação abusiva, por exemplo. São relatos deste género que poderão gerar uma maior empatia no público e um maior cuidado e auxílio com o próximo.

A relação entre o jornalismo e os direitos humanos começou a ganhar maior destaque na agenda jornalística a partir dos anos 2000, em particular com a situação dos refugiados. É sobretudo referente à situação dos refugiados que se começou a analisar a estrutura das notícias acerca dos direitos humanos e se desenvolveram (novas) categorias dos valores de notícia presentes no jornalismo de direitos humanos de forma que o jornalista se torne o principal responsável na comunicação e/ou divulgação de questões relacionadas com justiça, crimes, leis, política, entre outras (Downman & Ubayasiri, 2017, p.41).

O nosso objecto de estudo passa pela análise de 24 jornais do jornal *Diário de Coimbra*, entre os meses de Outubro de 2020 a Março de 2021, de forma a averiguar quais as áreas que mais se destacam no jornal – quando existem notícias cuja temática são os

direitos humanos –, perceber se as notícias se inserem nas categorias e se existe preocupação por parte dos jornalistas em destacar notícias referentes à temática.

No decorrer da realização do presente trabalho partimos de hipóteses que nos permitiram uma análise mais concreta através de uma análise qualitativa, dado que se pretende identificar se existe uma união entre o jornalismo de direitos humanos e o jornalismo de proximidade e a importância dessa união.

Em relação ao objecto de estudo, já exposto, e às questões decorrentes deste, são colocadas as seguintes hipóteses:

H1: A união entre jornalismo de proximidade e jornalismo de direitos humanos é importante para uma melhor consciencialização da comunidade relativamente às problemáticas decorrentes deste último;

H2: O jornal *Diário de Coimbra* não tem uma consciencialização relativamente ao jornalismo de direitos humanos;

H3: O jornalismo de direitos humanos apresenta uma abordagem linguística diferente, mais cuidada e adaptada na mensagem que é transmitida ao público.

3.2. Metodologia

Para se efectuar a execução da investigação foi necessário delinear a metodologia, que se debruçou, essencialmente, na análise de uma edição semanal, perfazendo 24 edições do jornal regional, *Diário de Coimbra*, entre os meses de Outubro de 2020 e Março de 2021, tendo como base dez categorias dos novos valores de notícia de jornalismo de direitos humanos, como referido no tópico anterior. O intuito é averiguar quais as áreas que mais se destacam no jornal – quando existem notícias cuja temática são os direitos humanos –, perceber se as notícias se inserem nas categorias e se existe preocupação por parte dos jornalistas em destacar notícias referentes à temática.

Para analisar as edições procedeu-se à observação qualitativa da informação, processo descritivo que pretende perceber como o jornal *Diário de Coimbra* dá conta da actualidade relativamente aos direitos humanos. Nas palavras de Stake (2011, p.21): “Qualitativa significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana”.

Desta forma, o objecto de estudo será a análise de 24 edições para descobrir, de entre os temas (Coimbra, Região das Beiras, Nacional/Internacional, Desporto, Empresas e

negócios) que mais se destacam, se as notícias redigidas incorporam as categorias dos novos valores de notícia para o jornalismo de direitos humanos, baseados na teoria de valor de notícia apresentados por Galtung e Ruge (1965, p. 45) e que através da nossa investigação concluímos que deveríamos proceder à elaboração de uma tabela relativamente ao que acreditamos serem os [novos] critérios de valor de notícia aplicados ao jornalismo de direitos humanos.

O trabalho desenvolvido no segundo capítulo segue um modelo de valores noticiosos em que integra diferentes níveis, entre os quais, cultural, geográfico, étnico e de género, porque “os próprios valores são construídos em torno do coração que compõe a notícia e o jornalismo – humanos” (Downman & Ubayasiri, 2017. P.29).

Capítulo 4. Análise qualitativa de conteúdo

Nesta segunda parte do trabalho dissertativo considerou-se que seria mais adequado proceder a uma análise qualitativa com o objectivo de encontrar alguns traços das categorias apresentadas anteriormente. Como Bardin refere: “A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais” (1977, p. 141).

De acordo com Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019, p. 325), uma análise qualitativa é conhecida como intensiva, pois representa uma “análise de um pequeno número de informações complexas e pormenorizadas”, que possibilitam identificar a “informação de base a presença ou a ausência de uma característica, ou o modo segundo o qual os elementos do «discurso» estão articulados uns com os outros”. Visando “substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo do paradigma positivista pelas de compreensão, significado e acção” (Coutinho, 2015, p. 17). É neste sentido que o investigador pretende avaliar tanto as acções como as objecções dos sujeitos e por intermédio delas reunir pistas que o auxiliem na compreensão de um determinado fenómeno (Campenhoudt, Marquet e Quivy, 2019, 325).

Iorio (2004, p.6) explica que a análise qualitativa: “emerge de uma visão diferente do mundo. Os pesquisadores qualitativos procuram explicar o mundo em vez de medi-lo. O mundo das ciências sociais qualitativas é explicativo. Trabalha primeiramente com as palavras, a pesquisa qualitativa é holística e irreverentemente interpretativa³⁵”.

Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019, pp. 314-315) destacam que numa análise:

O material inicial «fermentou», de alguma maneira, através da comparação e da interligação entre os seus componentes, relevando perspectivas de explicação que não tinham sido previstas no início da investigação, lançando sobre os fenómenos um olhar mais esclarecedor, ao mesmo tempo, mais abrangente e subtil.

Os autores realçam ainda que independentemente do método utilizado, “um bom investigador é aquele que sabe fazer fermentar a matéria de que dispõe” (Campenhoudt, Marquet e Quivy, p.315).

³⁵ Tradução nossa a partir de: “Qualitative research emerges from a different worldview. Qualitative researchers seek to explain the world rather than measure it. The world of qualitative social science is explanatory. Dealing primarily with words, qualitative research is holistic and blatantly interpretative.” In Iorio, S. H. (2004) *Qualitative Research in Journalism*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Assim sendo, pretendemos verificar, nas 24 edições seleccionadas para a amostra, quais os temas que mais se destacam e de entre os temas tencionamos analisá-los, de maneira a perceber se as notícias publicadas se inserem dentro das categorias dos novos valores de notícia para jornalismo de direitos humanos. Por outras palavras, queremos averiguar se existem notícias cuja temática se enquadra no espectro do jornalismo de direitos humanos, de forma a perceber se essas notícias se inserem nas categorias e se existe preocupação por parte dos jornalistas em destacar notícias referentes à temática.

4.1. Processo de selecção da amostra

No presente trabalho foram considerados um conjunto de critérios aplicáveis a cada um dos temas dos jornais, sendo que o nosso objectivo passa por averiguar se as notícias diferem quando o conteúdo abordado remete para o tema dos direitos humanos, o que as caracteriza em relação aos restantes conteúdos informativos.

Relativamente ao nosso trabalho considerou-se um conjunto de critérios que podem ser aplicados na análise de notícias sobre direitos humanos, tratando-se de uma análise do produto jornalístico, no que diz respeito ao conteúdo jornalístico, aos elementos formais que nos auxiliam na sua caracterização em relação aos restantes conteúdos informativos. Desta forma, cada jornal foi categorizado tendo em conta as seguintes variáveis: a) data; b) tema; c) novos valores de notícia (categorias).

Tabela 3. Variáveis e critérios utilizadas na análise dos jornais

Variáveis	Critérios
Data	-
Tema	Coimbra
	Região das Beiras
	Nacional/Internacional
	Desporto
	Empresas e Negócios
Novos valores de notícia (categorias)	Problemática (C1)
	Soluções/Informações (C2)
	Reflexão (C3)
	Conhecimento das leis (C4)
	Responsabilidade social (C5)
	Notícias humanizadas (C6)
	Investigação dos factos (C7)
	Linguagem jornalística (C8)
	Positividade (C9)
	Ênfase das histórias (C10)

Fonte: Autoria da investigadora

No âmbito da análise de conteúdo optámos pela análise qualitativa, ou seja, pela pesquisa empírica, pois a nossa escolha requer uma observação da linguagem jornalística, à estrutura da notícia e os seus componentes (problemática apresentada; soluções/informações; reportagem da violação dos direitos humanos; entre outros) para entender se corresponde às categorias dos novos valores de notícias. Neste sentido, a análise de conteúdo permitiu-nos encontrar sentidos nos dados, tendo em consideração a amostra das notícias publicadas pelo jornal *Diário de Coimbra* relativamente ao tema dos direitos humanos. Será através da compreensão da estrutura das notícias e a linguagem jornalística relativamente a uma temática que surgiu nos anos 2000, que tentaremos tirar ilações sobre o jornalismo de direitos humanos nos jornais regionais e locais.

Na tabela 4 apresentamos os dados e o enquadramento dos resultados relativos à nossa amostra. A tabela encontra-se estruturada por data, tema e as dez categorias dos novos valores de jornalismo de direitos humano. Através da análise dos dados, avaliámos cada tema e colocámos um “X” em cada categoria caso a mesma se verificasse, se tal não acontecesse optámos por colocar um “X” a negrito e se não se verificasse que no conjunto de notícias respeitantes ao tema alguma das categorias não aparecesse porque não tinha sentido, colocámos ÑA (não aparece).

Durante o processo observámos que cada tema apresenta diferentes subtemas a que correspondem, sendo que apenas os temas, “Coimbra”, “Região das Beiras” e “Nacional/Internacional” abordam subtemas como justiça (tribunal, crime), apoio social, estudantes (educação, UC, AAC, IPC), saúde (COVID-19, Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra), segurança (PSP, GNR).

Tabela 4. Amostra da análise realizada entre os meses de Outubro de 2020 e Março de 2021, aos 24 jornais do *Diário de Coimbra*

Data	Tema	N.º de Notícias	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10
7/10/2020	Coimbra	11	X	X	X	X	ÑA	X	X	X	X	X
7/10/2020	Região das Beiras	11	X	X	X	X	ÑA	X	X	X	X	X
7/10/2020	Nacional/Internacional	3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
7/10/2020	Desporto	13	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X	X
7/10/2020	Empresas e Negócios	6	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	ÑA	X	X
15/10/2020	Coimbra	16	X	X	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
15/10/2020	Região das Beiras	18	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

15/10/2020	Nacional/ Internacional	5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
15/10/2020	Desporto	9	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X	X
15/10/2020	Empresas e Negócios	3	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
23/10/2020	Coimbra	16	X	X	X	X	ÑA	X	X	X	X	X
23/10/2020	Região das Beiras	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
23/10/2020	Nacional/ Internacional	4	X	X	X	ÑA	X	X	X	X	X	X
23/10/2020	Desporto	14	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X	X
23/10/2020	Empresas e Negócios	3	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
31/10/2020	Coimbra	11	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
31/10/2020	Região das Beira	17	X	X	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
31/10/2020	Nacional/ Internacional	7	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
31/10/2020	Desporto	9	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
31/10/2020	Empresas e Negócios	3	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
06/11/2020	Coimbra	16	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
06/11/2020	Região das Beiras	16	X	X	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
06/11/2020	Nacional/ Internacional	4	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
06/11/2020	Desporto	8	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
06/11/2020	Empresas e Negócios	4	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
12/11/2020	Coimbra	12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
12/11/2020	Região das Beira	11	X	X	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
12/11/2020	Nacional/ Internacional	8	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
12/11/2020	Desporto	10	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
12/11/2020	Empresas e Negócios	3	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
18/11/2020	Coimbra	20	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
18/11/2020	Região das Beiras	15	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
18/11/2020	Nacional/ Internacional	4	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
18/11/2020	Desporto	9	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
18/11/2020	Empresas e Negócios	3	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
24/11/2020	Coimbra	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
24/11/2020	Região das Beiras	18	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
24/11/2020	Nacional/ Internacional	5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

24/11/2020	Desporto	11	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
24/11/2020	Empresas e Negócios	1	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
30/11/2020	Coimbra	8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
30/11/2020	Região das Beiras	10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
30/11/2020	Nacional/Internacional	5	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
30/11/2020	Desporto	11	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
30/11/2020	Empresas e Negócios	2	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
06/12/2020	Coimbra	5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
06/12/2020	Região das Beiras	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
06/12/2020	Nacional/Internacional	11	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
06/12/2020	Desporto	8	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
06/12/2020	Empresas e Negócios	3	X	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
14/12/2020	Coimbra	8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
14/12/2020	Região das Beiras	19	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
14/12/2020	Nacional/Internacional	5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
14/12/2020	Desporto	14	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
14/12/2020	Empresas e Negócios	5	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
22/12/2020	Coimbra	12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
22/12/2020	Região das Beiras	9	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
22/12/2020	Nacional/Internacional	6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
22/12/2020	Desporto	13	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
22/12/2020	Empresas e Negócios	4	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
30/12/2020	Coimbra	11	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
30/12/2020	Região das Beiras	11	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
30/12/2020	Nacional/Internacional	7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
30/12/2020	Desporto	6	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
30/12/2020	Empresas e Negócios	1	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
07/01/2021	Coimbra	16	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
07/01/2021	Região das Beiras	20	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
07/01/2021	Nacional/Internacional	5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
07/01/2021	Desporto	8	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X

07/01/2021	Empresas e Negócios	3	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
15/01/2021	Coimbra	10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
15/01/2021	Região das Beiras	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
15/01/2021	Nacional/Internacional	6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
15/01/2021	Desporto	9	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
15/01/2021	Empresas e Negócios	3	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
23/01/2021	Coimbra	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
23/01/2021	Região das Beiras	20	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
23/01/2021	Nacional/Internacional	7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
23/01/2021	Desporto	8	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
23/01/2021	Empresas e Negócios	4	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
29/01/2021	Coimbra	10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
29/01/2021	Região das Beiras	19	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
29/01/2021	Nacional/Internacional	5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
29/01/2021	Desporto	11	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
29/01/2021	Empresas e Negócios	4	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
04/02/2021	Coimbra	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
04/02/2021	Região das Beiras	19	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
04/02/2021	Nacional/Internacional	8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
04/02/2021	Desporto	6	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
04/02/2021	Empresas e Negócios	3	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
10/02/2021	Coimbra	20	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
10/02/2021	Região das Beiras	24	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
10/02/2021	Nacional/Internacional	8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
10/02/2021	Desporto	9	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
10/02/2021	Empresas e Negócios	4	X	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X
16/02/2021	Coimbra	20	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
16/02/2021	Região das Beiras	28	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
16/02/2021	Nacional/Internacional	7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
16/02/2021	Desporto	7	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
16/02/2021	Empresas e Negócios	6	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X

24/02/2021	Coimbra	18	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
24/02/2021	Região da Beiras	19	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
24/02/2021	Nacional/Internacional	6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
24/02/2021	Desporto	7	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
24/02/2021	Empresas e Negócios	3	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
04/03/2021	Coimbra	19	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
04/03/2021	Região das Beiras	20	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
04/03/2021	Nacional/Internacional	7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
04/03/2021	Desporto	6	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
04/03/2021	Empresas e Negócios	5	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
12/03/2021	Coimbra	14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
12/03/2021	Região das Beiras	20	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
12/03/2021	Nacional/Internacional	7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
12/03/2021	Desporto	8	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
12/03/2021	Empresas e Negócios	5	X	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
20/03/2021	Coimbra	16	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
20/03/2021	Região das Beiras	10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
20/03/2021	Nacional/Internacional	7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
20/03/2021	Desporto	11	ÑA	ÑA	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X
20/03/2021	Empresas e Negócios	7	X	ÑA	ÑA	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Autoria da investigadora

Nos temas “Coimbra” e “Região das Beiras” verificámos que respeitante à edição do dia 7/10/2020, a categoria cinco (Responsabilidade social) não se apresenta e a categoria seis não se verifica numa ou mais notícias. Por vezes, em “Coimbra” observamos que nas edições de 15/10/2020, em que não se apresentam as categorias três (Reportagem de abusos dos direitos humanos) e quatro (Conhecimento das leis básicas de direitos humanos); 23/10/2020 não se apresenta a categoria cinco. Já na “Região das Beiras” na edição de 15/10/2020 todas as notícias impressas se verificaram, mas na de 31/10/2020, 6/11/2020 e 12/11/2020 não se apresentam as categorias três (Reportagem de abusos dos direitos humanos) e quatro (Conhecimento das leis básicas de direitos humanos), isto porque muitas vezes são notícias meramente informativas, como acontece na temática de “Coimbra”.

No decorrer da análise deparámo-nos com alguns desafios, como sucede com o tema “Nacional/Internacional”, considerámos demarcar este desafio apresentando um “X” a negrito para indicar que as notícias são escritas com base em comunicados de imprensa enviados à redacção e que por isso não apresentam soluções e informações únicas com base na problemática, pois não são notícias da região, em particular sobre as categorias um, dois, seis e sete (C1 Problemática; C2 Soluções/informações; C6 Notícias humanizadas; C7 Investigação dos factos) pois entendemos que as notícias impressas são apenas informativas, por serem escritas a partir de comunicados de imprensa, o que impede que a investigação dos factos (C7) seja realizada pois em muitos casos são notícias internacionais ou em regiões fora das que abrangem o jornal, além de não apresentarem soluções que auxiliem na resolução da problemática e não notícias humanizadas, apenas informativas, ou seja, apresentam estatísticas. Contudo, o mesmo nem sempre se verifica, na edição de 15/10/2020 verificaram-se as categorias, um, dois e sete, e não se verificou a categoria seis (Notícias humanizadas); 23/10/2020 não se verificou apenas a categoria seis e não se apresenta a categoria quatro (Conhecimento das leis básicas de direitos humanos) por serem notícias informativas; nas edições de 31/10/2020, 6/11/2020, 12/11/2020 verificaram-se as categorias um, dois e sete, não se verificou a categoria seis e não apresentam as categorias três, quatro e cinco (C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos; C4 Conhecimento das leis básicas de direitos humanos; C5 Responsabilidade social); 18/11/2020 não se apresentam as categorias três, quatro e cinco (C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos; C4 Conhecimento das leis básicas de direitos humanos), verificaram-se as categorias seis e sete e não se verificam as categorias um e dois; a partir da edição do dia 24/11/2020 observámos que todas as categorias se verificam à excepção da um e dois.

No que lhe concerne, o tema “Desporto” apenas foca em notícias que se referem ao desporto, como jogos de diversas modalidades, entrevistas que fazem por semana a uma determinada personalidade e novos jogadores, por isso analisámos que nas edições de 7/10/2020, 15/10/2020 e 23/10/2020 as três primeiras categorias (C1 Problemática; C2 Soluções/informações; C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos) não aparecem (ÑA). Nas edições dos dias 31/10/2020, 6/11/2020, 12/11/2020 e 24/11/2020 não aparecem as categorias um, dois, três, quatro e cinco (C1 Problemática; C2 Soluções/informações; C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos; C4 Conhecimento das leis básicas de direitos humanos; C5 Responsabilidade social). A partir da edição do dia 31/11/2020 não se apresentam apenas as quatro categorias (C1 Problemática; C2 Soluções/informações; C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos; C4 Conhecimento das leis básicas de direitos humanos).

Já no tema, “Empresas e Negócios”, em que as notícias são escritas para dar a conhecer as empresas e negócios da região, pois muitos destes fazem publicidade no jornal, verificámos que na edição de 7/10/2020 algumas das categorias como, três (Reportagem de abusos dos direitos humanos), quatro (Conhecimento das leis básicas de direitos humanos), cinco (Responsabilidade social) e oito (Linguagem jornalística), em que não aparecem informações no corpo da notícia que nos levem a considerar como notícias de jornalismo de direitos humanos. Nas edições respeitantes aos dias 15/10/2020, 23/10/2020, 31/10/2020, 6/11/2020, 12/11/2020, 18/11/2020, 24/11/2020 e 30/11/2020 observou-se que as categorias um e dois não se verificam e que as categorias três, quatro e cinco não se apresentam. Na edição de 6/12/2020 analisou-se que a categoria dois (Soluções/informações) se observou, isto porque uma empresa estava a angariar bens essenciais e alimentares para oferecer a famílias carenciadas. A partir da edição respeitante ao dia 14/12/2020 não se verificou a categoria um e não se apresentam as categorias dois, três, quatro e cinco, verificando-se as restantes.

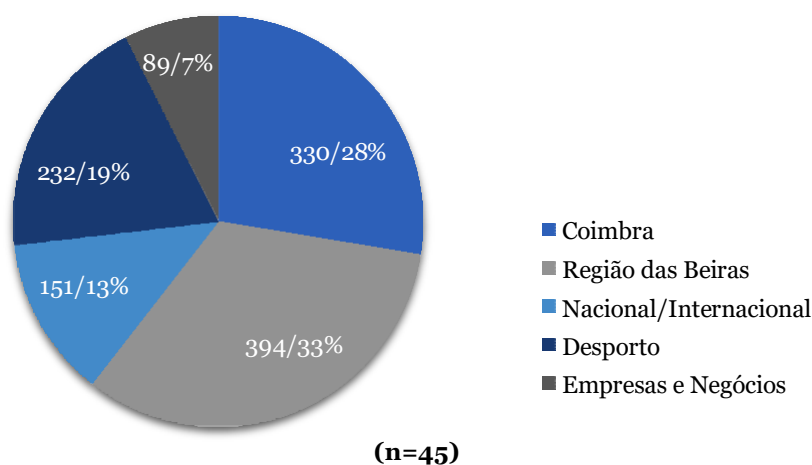
Considerámos que seria pertinente para uma análise dos dados mais aprofundada adicionar na tabela 4 o número de notícias respeitantes a cada dia e tema de maneira a poder distribuir o número total de notícias de conteúdos informativos por temas e por número total de notícias de conteúdos de direitos humanos por temas. No próximo subcapítulo iremos proceder à análise dos dados tendo como base a tabela 4.

4.2. Análise dos dados

Neste subcapítulo avançamos para a apresentação dos resultados, que com base na tabela de análise que elaborámos, apresentamos, de forma geral, o número de notícias de conteúdos informativos e a produção de notícias de direitos humanos em contraste com os restantes conteúdos informativos.

Através do levantamento que efectuamos nas 24 edições impressas pelo *Diário de Coimbra*, das de 1192 conteúdos informativos, foi possível identificar 45 notícias no âmbito dos direitos humanos, entre Outubro de 2020 e Março de 2021. O período considerado para a análise, seis meses, permite-nos compreender como este género jornalístico é tratado por um jornal regional ou local.

Gráfico 1. Distribuição do número total de notícias de conteúdos informativos por temas



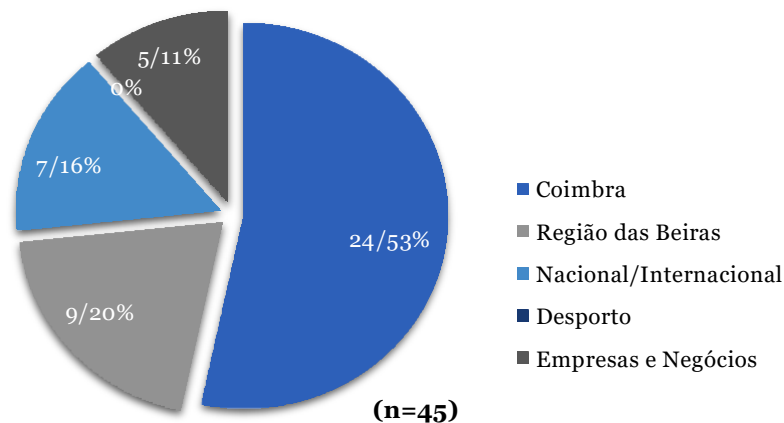
Fonte: Autoria da investigadora

No período analisado e através da análise atenta dos jornais, foi possível verificar que o maior número de notícias impressas são as que ocorrem na “Região das Beiras”, apresentando um total de 394 (33%) face ao total de notícias impressas ao longo de seis meses de 1144. Na tabela 4 podemos verificar ao pormenor que o tema “Região das Beiras” apresenta um maior número de notícias publicadas, destacando-se as edições referentes aos dias 15/10/2020 e 24/11/2020 em que foram publicadas 18 notícias face aos restantes temas; nas edições de 14/12/2020, 29/01/2021 e 4/02/2021 foram impressas 19 notícias nesta secção; na edição do dia 10/02/2021 foram publicadas 24 notícias; na de 16/02/2021 foram publicadas 28 notícias na secção da “Região das Beiras”. Ainda assim, analisámos que em algumas edições a secção de “Coimbra” ultrapassou a “Região das Beiras”, como ocorreu na edição de 18/11/2020 em que na secção de “Coimbra” foram publicadas 18 notícias e na “Região das Beiras” apenas 15 e na de 20/03/2021 em que foram publicadas 16 notícias relativas ao tema de “Coimbra” e 10 em relação ao tema da “Região das Beiras”. Os dados abordados e posteriormente apresentados são referentes a números maiores, contudo houve outras edições em que foram impressas mais notícias na secção de “Coimbra” do que na “Região das Beiras”, mas o número de notícias difere dois ou três valores.

Ainda referente ao gráfico 1, as notícias relativas à secção de “Coimbra” apresentam um total de 330 (28%) e à secção de “Desporto” um total de 232 (19%), surgindo assim com uma diferença de 5% no que respeita ao número de notícias produzidas, cujos conteúdos são informativos. Observamos ainda que as notícias impressas relativas aos temas “Nacional/Internacional” com um total 151 (13%) e “Empresas e Negócios” com

um total de 89 (7%), verificando-se que não são tão produzidas como as notícias face aos restantes temas.

Gráfico 2. Distribuição do número total de notícias de direitos humanos por temas



Fonte: Autoria da investigadora

Através da análise do gráfico 2 percebemos que em termos totais existem mais notícias impressas cujo tema são os direitos humanos quando referentes às temáticas, “Coimbra” e “Região das Beiras”, sendo que o tema “Coimbra” se destaca com 53% (total de 24 notícias impressas) das notícias produzidas.

Observamos também que os temas “Nacional/Internacional” (16%) e “Empresas e Negócios” (11%) surgem com uma diferença de 5% no que respeita ao número de notícias de direitos humanos produzidas. É possível perceber que no caso do tema “Desporto” não existe nenhuma notícia relativa aos direitos humanos, pois as notícias que são impressas referem-se mais a jogos, prémios, classificações e personalidades da zona de Coimbra.

Deste modo, seguida de uma investigação exaustiva tanto baseada nos dados apresentados como na nossa experiência de seis meses na redacção, podemos concluir que o jornal *Diário de Coimbra* não tem consciencialização da prática de jornalismo de direitos humanos, talvez por não ser um género jornalístico muito prático em jornais regionais, ainda que estes abordem questões que ocorrem na comunidade envolvente e que os próprios jornalistas tenham em atenção investigar para informar os leitores do que acontece e de novas informações respeitantes aos envolventes.

Depois de termos analisado a distribuição das notícias de direitos humanos produzidas pelo jornal *Diário de Coimbra* durante seis meses, analisaremos brevemente a produção de notícias de direitos humanos com base nas categorias dos novos valores de notícia de jornalismo de direitos humanos.

Após termos recolhido informação geral acerca da distribuição dos números de notícias impressas de conteúdo informativo e do número de notícias de direitos humanos que se insere nesse conteúdo informativo, passaremos à análise breve dos resultados da amostra em relação às dez categorias referentes aos novos valores de notícia.

Como já aludimos, para a concretização deste trabalho considerámos um conjunto de critérios que podem ser aplicados na análise de cada notícia respeitante a cada tema. A análise é realizada ao conteúdo jornalístico aplicado, particularmente, às notícias cujas temáticas são referentes aos direitos humanos.

Capítulo 5. Discussão dos dados

A análise da amostra foi concretizada de forma a reunir todas as notícias que correspondiam ao respectivo tema. Dos resultados obtidos entendemos que existem categorias que não se aplicam em determinados temas, como são os casos dos temas de “Nacional/Internacional”, “Desporto” e “Empresas e Negócios”.

Como exposto anteriormente, no tema respeitante ao “Nacional/Internacional”, observámos que por não serem notícias da região, mas serem escritas com base em comunicados de imprensa enviados à redacção, não apresentam soluções e informações únicas com base na problemática. O mesmo é verificado nas categorias um, dois, seis e sete (C1 Problemática; C2 Soluções/informações; C6 Notícias humanizadas; C7 Investigação dos factos) pois entendemos que as notícias impressas são apenas informativas, por serem escritas a partir de comunicados de imprensa, o que impede que a investigação dos factos (C7) seja realizada pois em muitos casos são notícias internacionais ou em regiões fora das que abrangem o jornal, além de não apresentarem soluções que auxiliem na resolução da problemática e não notícias humanizadas, apenas informativas, ou seja, apresentam estatísticas. Contudo, o mesmo nem sempre se verifica, na edição de 15/10/2020 verificaram-se as categorias, um, dois e sete, e não se verificou a categoria seis (Notícias humanizadas); 23/10/2020 não se verificou apenas a categoria seis e não se apresenta a categoria quatro (Conhecimento das leis básicas de direitos humanos) por serem notícias informativas; nas edições de 31/10/2020, 6/11/2020, 12/11/2020 verificaram-se as categorias um, dois e sete, não se verificou a categoria seis e não apresentam as categorias três, quatro e cinco (C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos; C4 Conhecimento das leis básicas de direitos humanos; C5 Responsabilidade social); 18/11/2020 não se apresentam as categorias três, quatro e cinco (C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos; C4 Conhecimento das leis básicas de direitos humanos), verificaram-se as categorias seis e sete e não se verificam as categorias um e dois; a partir da edição do dia 24/11/2020 observámos que todas as categorias se verificam à excepção da um e dois. Nas figuras 4 e 5 apresentamos dois exemplos da pouca informação e de apenas estatísticas ou números referentes a notícias sobre jornalismo de direitos humanos. São dois exemplos bem simples de notícias que abordam assuntos bastante preocupantes e que merecem a atenção da população.

Porém, consideramos que ambas as temáticas poderiam ser noticiadas de outra forma, pois o intuito é criar empatia com o leitor e levá-lo a reflectir sobre estes assuntos e a querer fazer alguma coisa, o facto de apresentar dados estatísticos não ajuda a criar

empatia, em muitos casos as pessoas analisam. É neste sentido que o jornalismo de direitos humanos premeia, noticiar os factos através da apresentam das histórias e posteriormente dos dados estatísticos. Estes assuntos continuam a ser um tabu na nossa sociedade e parte do trabalho dos jornalistas passa por mudar mentalidades e auxiliar nesse campo (Downman & Ubayasiri, 2017, p. 41).

Figura 4. Notícia sobre violência doméstica em Portugal na secção "Nacional/Internacional" da edição de 24/11/2020, do jornal *Diário de Coimbra*

Trinta mulheres foram mortas em Portugal

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA O Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA) contabilizou 30 mulheres mortas entre 1 de Janeiro e o passado dia 15 de Novembro.

De acordo com os dados do OMA, da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), até ao dia 15 de Novembro tinham sido assassinadas 30 mulheres, 16 em contexto de relações de intimidade, sejam actuais, passadas ou apenas pretendidas pelo agressor, 12 em contexto familiar e as outras duas noutros contextos.

Desde 2004, quando a UMAR começou a fazer este levantamento de dados através de notícias da comunicação social e respectiva análise, já foram mortas 564 mulheres, além de terem sido registadas 663 tentativas de homicídio.

«São dados que nos preocupam e temos de lutar para que cheguem às zero mortes», apontou Cátia Pontedeira, da UMAR, sublinhando que há três grandes áreas onde é necessário actuar: desde a violên-

cia prévia, denúncias às autoridades e factores de risco.

Relativamente aos números de 2020, e especificamente em relação às 16 mortes ocorridas no seio de relações de intimidade, os dados mostram que em nove casos havia uma relação actual entre vítima e agressor, enquanto noutros seis casos havia uma relação passada e ainda um caso em que o agressor pretendia ter uma relação com a vítima.

De acordo com Camila Iglésias, uma das autoras do relatório, «o femicídio é normalmente o culminar de um ciclo de violência» e apontou que em 10 dos 16 casos já havia uma situação de violência prévia que tinha sido reportada, sendo que noutras quatro situações havia já denúncias às autoridades, além de outras quatro em que foram reportadas ameaças de morte à vítima. Em sete das 16 situações, o agressor matou a vítima com recurso a uma arma de fogo, enquanto noutros quatro casos foi com arma branca.»

Fonte: Jornal *Diário de Coimbra* (24/11/2020)

Figura 5. Notícia sobre a questão dos refugiados da secção "Nacional/Internacional" da edição de 20/03/2021, no jornal *Diário de Coimbra*

Portugal recebeu ontem mais oito migrantes

MEDITERRÂNEO Portugal recebeu ontem oito migrantes de diferentes nacionalidades que foram resgatados por navios humanitários na costa italiana, e que serão acolhidos nos concelhos da Maia e de Bragança. Os cidadãos são provenientes da Libéria, Camarões, Guiné-Bissau, Bangladesh e Nigéria e juntam-se aos 224 que Portugal já acolheu, nos últimos anos, resgatados no Mediterrâneo. «Portugal tem dado resposta positiva a todas as situações de emergência que resultam de resgates no mar», lê-se no comunicado conjunto dos gabinetes da ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e do ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita.»

Fonte: Jornal *Diário de Coimbra* (20/03/2021)

Por sua vez, a secção de “Desporto” apenas foca em notícias que se referem ao desporto, como jogos de diversas modalidades, entrevistas que fazem por semana a uma determinada personalidade e novos jogadores, por isso analisámos que nas edições de 7/10/2020, 15/10/2020 e 23/10/2020 as três primeiras categorias (C1 Problemática; C2 Soluções/informações; C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos) não aparecem (ÑA). Nas edições dos dias 31/10/2020, 6/11/2020, 12/11/2020 e 24/11/2020 não aparecem as categorias um, dois, três, quatro e cinco (C1 Problemática; C2 Soluções/informações; C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos; C4 Conhecimento das leis básicas de direitos humanos; C5 Responsabilidade social). A partir da edição do dia 31/11/2020 não se apresentam apenas as quatro categorias (C1 Problemática; C2 Soluções/informações; C3 Reportagem de abusos dos direitos humanos; C4 Conhecimento das leis básicas de direitos humanos).

Por último, em relação à secção “Empresas e Negócios”, é um tema que dá ênfase a empresas e/ou negócios da região, sendo que verificámos na edição de 7/10/2020 que algumas das categorias como, três (Reportagem de abusos dos direitos humanos), quatro (Conhecimento das leis básicas de direitos humanos), cinco (Responsabilidade social) e oito (Linguagem jornalística) não aparecem informações no corpo da notícia que nos levem a considerar como notícias de jornalismo de direitos humanos. Nas edições respeitantes aos dias 15/10/2020, 23/10/2020, 31/10/2020, 6/11/2020, 12/11/2020, 18/10/2020, 24/11/2020 e 30/11/2020 observou-se que as categorias um e dois não se verificam e que as categorias três, quatro e cinco não se apresentam. Na edição de 6/12/2020 analisou-se que a categoria dois (Soluções/informações) se observou, isto porque, uma empresa estava a angariar bens essenciais e alimentares para oferecer a famílias carenciadas (figura 6). A partir da edição respeitante ao dia

14/12/2020 não se verificou a categoria um e não se apresentam as categorias dois, três, quatro e cinco, verificando-se as restantes.

Figura 6. Notícia de promoção de uma iniciativa solidária de uma empresa na edição de 6/12/2020, no jornal do *Diário de Coimbra*

Gavicar promove campanha de apoio aos sem-abrigo

SOLIDARIEDADE A empresa do sector automóvel Gavicar, situada no Peneireiro, concelho de Anadia, irá doar 50 euros por cada viatura vendida, nos meses de Dezembro de 2020 e Janeiro de 2021, ao Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA).

Para Mário Baptista, gerente da Gavicar, este apoio «é uma demonstração da preocupação social da empresa», garantindo que a doação será canalizada para a "CASA" mais próximo, em Coimbra. «Esta campanha tem o propósito de ajudar a associação, composta por voluntários que têm em mãos todos os dias desafios para cumprir a sua missão, nomeadamente a de auxiliar aqueles que se en-



Marco Ribeiro Henriques (CASA) e Mário Baptista (Gavicar)

contram em situação de sem-abrigo e que integrem famílias de risco ou carenciadas. Um apoio realizado através de acções de solidariedade social, disponibilizando um contacto próximo e distribuindo bens alimentares, vestuário e serviços

de reintegração social, independentemente do estrato social, etnia, religião ou género», esclarece a empresa em comunicado, garantindo que os desafios destas associações «são cada vez mais agravados com o decorrer da pandemia». 4

Fonte: Jornal *Diário de Coimbra* (6/12/2020)

Em relação aos temas cujas notícias abordavam a questão dos direitos humanos, observámos que o cuidado com a linguagem não é tido, pois, as notícias são produzidas do mesmo modo que as notícias com outros conteúdos informativos. Ora de acordo com a tabela 4, em que apresentámos os novos valores de notícias de jornalismo de direitos humanos, consideramos que a linguagem é uma das categorias fundamentais relativamente a este género jornalístico, como já referimos anteriormente, são notícias que merecem maior cuidado por parte dos jornalistas e a maneira como são escritas é extremamente importante por ditar a reacção do leitor. Porém, ainda que se tenha verificado que os jornalistas regionais e/ou locais têm mais em atenção quais os problemas que a comunidade apresenta, nem sempre se verificou possíveis soluções e/ou informações baseadas na problemática, o que verificámos é que a ideia passa por divulgar somente a informação ao público para que este levante a questão e possa haver discussão pública.

Das notícias que abordavam problemáticas como a violência doméstica ou contra as mulheres, as informações são muito gerais, destacando-se apenas o número de mortes ou vítimas e manifestações contra essas problemáticas. Ou seja, os dados informativos de notícias sobre estas temáticas apresentam apenas dados estatísticos, além de que as notícias não eram aprofundadas, mas breves, com uma linguagem jornalística em nada humanizada, nem se apresentarem narrativas que possam levar o leitor a crer fazer

alguma coisa caso acontece com os próprios ou conhecidos. Embora a nossa análise tenha sido geral, ao observarmos em detalhe percebemos que não existe cuidado na redacção de notícias deste teor e que a questão dos direitos humanos não é inserida como tema em agenda jornalística. Sendo muitos os casos em que se deveria reportar e, retractar com cuidado e pormenorizadamente, por merecem atenção e exposição.

Ainda assim pudemos observar que em algumas das notícias publicadas pelo jornal regional *Diário de Coimbra* referentes às edições analisadas por seis meses, considerámos como notícias de jornalismo de direitos humanos, notícias que abordavam questões como a fome, o voluntariado, o cancro, igualdade de género, entre outras. Como podemos observar nas duas figuras abaixo (Figura 7 e 8), em que uma das notícias é referente a voluntariado na zona de Coimbra (Figura 7) e a outra destaca a questão da promoção da igualdade de género por parte de estudantes universitários (Figura 8), do nosso ponto de vista ambas se inserem nas categorias dos novos valores de notícia de jornalismo de direitos humanos.

Figura 7. Notícia sobre voluntariado na secção de "Coimbra", edição de 12 de Março de 2021, no *Diário de Coimbra*

LBV entrega cabazes a 50 famílias de Coimbra

Apoio Desde o início da pandemia têm aumentado pedidos de ajuda de famílias que antes eram estáveis. Todos os bens doados são escoados muito rapidamente



LBV apoiou mais de seis mil pessoas em 2020 e agora vai distribuir mais de 500 cabazes

A Legião da Boa Vontade (LBV) inicia na próxima segunda-feira a entrega de cabazes de Píscoa a 500 famílias em situação de vulnerabilidade social e económica que apoia na cidade de Coimbra, mas também em Porto e no Lisboa.

Só na cidade de Coimbra, a instituição apoia um total de 50 agregados familiares, estando a distribuição dos cabazes prevista para os próximos dias 22 a 25 e também de 29 de Março a 1 de Abril, às 15h00.

A entrega dos cabazes em Lisboa e Porto decorrerá a partir de segunda-feira e até 1 de

Abril, com a direcção da Legião da Boa Vontade a garantir o cumprimento das regras da Direcção-Geral da Saúde nas acções marcadas para as três cidades.

A LBV realça a importância desta acção num momento como aquele em que vivemos, em que, como sublinha «as dificuldades sociais e económicas que fazem parte do público-alvo que o Centro Social da Legião da Boa Vontade atende foram agravadas» com a presença da pandemia.

«Desemprego, problemas de saúde, empregos precários,

baixas reformas são características presentes nas famílias ajudadas», confirma a LBV, falando em casos mais relacionados com a pandemia, como os pedidos de ajuda de famílias cujos membros estão em lay-off ou com contratos terminados por falta de actividade nas empresas.

A situação é de tal modo crítica que «as doações que a LBV recebe estão em constante escoamento», sendo «muito necessários» alimentos, produtos de higiene e doações monetárias «para continuar a manter e a apoiar famílias que, em

Números

50

cabazes entregues em Coimbra até 1 de Abril

6.456

pessoas apoiadas em 2020

84

toneladas de alimentos e 169 mil benefícios entregues a famílias, crianças, seniores

muitos casos, têm na instituição a fonte de alimentação, o apoio essencial para a sua sobrevivência».

Para quem queira ajudar as famílias apoiadas e os projectos da Legião da Boa Vontade, está também disponível o IBAN PT50 000704 38000 234200 09 35.

Em 2020, foram apoiadas 6.456 pessoas com 84 toneladas de alimentos e mais de 169.000 benefícios entregues nos programas socioeducativos da instituição, que chegam a famílias, bebés, crianças, seniores e sem-abrigo.⁴

Fonte: Jornal *Diário de Coimbra* (12/03/2021)

Figura 8. Notícia de promoção de igualdade de género na edição de 12/03/2021, do jornal *Diário de Coimbra*

Estudantes de Antropologia promovem igualdade de género

ATÉ AMANHÃ O Núcleo de Estudantes de Antropologia da Universidade de Coimbra (NEAUC) promove até amanhã uma semana dedicada à igualdade de género, a decorrer nas suas redes sociais. A ideia inicial era poder realizar um evento presencial com várias antropólogas do país a debaterem «as dificuldades em ser mulher na área da Ciência e deixar as suas mensagens em relação às próximas gerações de cientistas», confirma Patrícia Vaz, presidente do NEAUC. A pandemia “trocou as voltas” a organização e obrigou a adaptar o projecto, realizando «pequenas entrevistas, à distância, às antropólogas que fazem parte do nosso percurso académico». Assim se deu “Antropologia no Feminino”, através do qual o NEAUC «pretende realçar a importância das mulheres na in-



Patrícia Vaz é presidente do NE de Antropologia da UC

vestigação e na ciência, focando-se na vertente da Antropologia, na luta pela igualdade de género». «O objetivo é, por um lado, relembrar a comunidade para o terreno que as mulheres ganharam, ao longo das últimas décadas, na área da ciência e, por outro, sensibilizar a comunidade para a importância da igualdade de género em áreas tão actuais, como a

ciência». Isto além de deixar uma mensagem aos jovens que serão a nova geração de cientistas. «Não podemos esquecer, hoje, mais do que nunca, o papel fundamental que as mulheres têm na ciência, mas, acima de tudo, não podemos esquecer que a igualdade de género ainda é um problema social em algumas áreas de trabalho», remata Patrícia Vaz.

Fonte: Jornal *Diário de Coimbra* (12/03/2021)

Considerações Finais

Neste trabalho procurámos investigar a importância do jornalismo de direitos humanos no contexto da imprensa de proximidade, considerando a estrutura e os modelos de produção jornalística seguidos na actualidade, de modo a perceber se são aplicáveis no jornalismo de direitos humanos, com base na análise a partir da observação de trabalhos jornalísticos produzidos pelo jornal regional, *Diário de Coimbra*, no âmbito do jornalismo de direitos humanos.

Para concretizar o estudo empírico que nos propusemos optámos por seguir uma abordagem qualitativa, através da observação de 24 jornais por um período de seis meses, o que nos permitiu reunir um conjunto de informações que nos leva a atentar que atingimos os objectivos do trabalho, ao mesmo tempo que deixamos o nosso contributo para a investigação na área dos estudos em jornalismo.

Considerando os dados obtidos, concluímos que o jornalismo de direitos humanos é um género jornalístico que ainda não se insere na agenda do *Diário de Coimbra*, encontrando-se muito aquém do esperado, sendo que os próprios jornalistas ainda não o distinguem dos restantes conteúdos informativos nem apresentam uma abordagem linguística diferente, ou seja, mais cuidada e adaptada à mensagem que se pretende transmitir para os leitores.

Sendo esta uma categoria jornalística relevante para as comunidades, entendemos com este estudo que a união entre jornalismo de proximidade e de direitos humanos, baseada na análise das 24 edições do jornal *Diário de Coimbra*, é importante para uma melhor consciencialização dos problemas que ocorrem na região, problemas esses humanos, como, por exemplo, a violência doméstica e/ou sexual, sem-abrigos, entre outras situações referentes aos direitos humanos que muitas vezes não são tratadas com cuidado nem tidas em consideração pelos jornalistas, destacando apenas dados estatísticos como o número de mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual durante o ano. Do nosso ponto de vista, a maneira como se tem procedido à estrutura de questões do foro dos direitos humanos, tal impede que haja um maior destaque face à origem do problema, que se possa alertar a população para as problemáticas que continuam a aumentar e que são cada vez mais preocupantes e do interesse de todos.

A união entre estes dois géneros jornalísticos permite uma aproximação ainda maior com a comunidade, possibilitando que as pessoas, além de se consciencializarem sobre os assuntos, tenham um maior conhecimento e empatia para com o próximo. Apesar das muitas instituições que tentam dar apoio, nem sempre têm condições para alargar a ajuda. É com uma comunidade consciencializada e empática que existirá um aumento

da ajuda tanto a instituições como às vítimas destes problemas sociais, podendo confirmar-se assim a primeira hipótese.

Desta forma, entendemos que não existe muita mentalização face ao jornalismo de direitos humanos no que concerne ao Diário de Coimbra e apesar de alguns jornais nacionais apresentarem selo ou uma secção destinada a este tema, este jornal regional não tem a mesma preocupação. Consideramos que no caso particular do jornalismo de proximidade, esta questão tenha mais sentido, por ser um género jornalístico que envolve meios de comunicação que se encontram mais próximos da comunidade envolvente e que, no nosso entender, teriam mais interesse e cuidado em reportar notícias sobre violação e abuso dos direitos humanos, o que acaba por confirmar a segunda e terceira hipóteses.

Concluimos assim que o jornalismo de direitos humanos é particularmente importante por se preocupar com os cidadãos de uma nação, sendo o trabalho jornalístico que melhor permite um aprofundamento das problemáticas existentes na sociedade e que muitas vezes são ignoradas ou mal noticiadas. Este género jornalístico possibilita ainda o auxílio na procura de soluções para os diversos problemas sociais, através da investigação da problemática, dos factores que a constituem e da verificação de como a mesma tem sido retractada e abordada, para que possa gerar reflexão e discussão por parte da comunidade. Sendo também um género jornalístico que conecta ainda mais o jornalismo com as pessoas e histórias que as mesmas carregam; histórias essas de um peso tão grande que além de as marcar, torna-as heroínas, sendo quase impossível não divulgar as suas narrativas.

Limitações da investigação

O estudo que desenvolvemos permitiu-nos cumprir os objectivos estipulados para o presente trabalho, contudo, devemos reconhecer que esta também apresenta limitações de diversos tipos.

Primeiramente, consideramos ser ao nível do desenho da investigação em que nos deparámos com algumas limitações que impediram o trabalho de ir mais longe nos seus resultados, referimo-nos, particularmente, ao facto de apenas termos tido como objecto de estudo um jornal regional, que além de nos dificultar o aprofundamento da análise e dos resultados, encontrámos dificuldades derivadas da escassez de trabalhos sobre um género (jornalismo de direitos humanos) que começou a ganhar um maior destaque nos anos 2000, com a fuga dos refugiados para o Mediterrâneo e, que no caso

particular dos jornais regionais e/ou locais, esta temática continua a não ter muita atenção.

De seguida, deparámo-nos com a carência de materiais académicos referentes à temática de jornalismo de direitos humanos, ainda assim os encontrados foram essenciais para a investigação, contudo, consideramos que o estudo nesta área deve ter continuidade, especialmente por se tratar de um assunto tão recente, que tem vindo a emergir com o passar dos anos e por se revelar importante num mundo em que a sociedade começa a valorizar ainda mais os seus direitos e a querer lutar por eles. Visto que os direitos humanos são cada vez mais discutidos e que as pessoas começam a exigir o seu cumprimento e respeito, não podemos deixar de destacar o trabalho dos investigadores Dias (2013), Downman & Ubayasiri (2017), Fernandes (2002) Rose (2017) e Shaw (2011) que tanto contribuíram para a investigação do jornalismo de direitos humanos.

Não obstante, consideramos que o estudo realizado possa contribuir para o desenvolvimento da área de jornalismo de direitos humanos, sobretudo pela escassez de investigações e estudos neste campo, particularmente em contexto nacional, como já referimos. Por outro lado, acreditamos que os dados recolhidos possam contribuir para o desenvolvimento de novas investigações que poderão considerar o impacto e a repercussão que as notícias de jornalismo de direitos humanos têm na sociedade, em particular, nos jornais de proximidade que, como o próprio nome indica, se encontram próximos das comunidades.

Referências

Alejandro, R. (1993) *Hermeneutics, citizenship, and the public sphere*. New York: New York University Press

Amaral, V. (2012) *A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania activa*. In: Correia, João Carlos (organização). *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, desafios e oportunidades*. Covilhã: Livros LabCom ISBN 978-989-654-100-2. Pp. 1-16

Andrade, R. F. (2014) *Globalização e jornalismo local: estudo de caso do Porto24*. Braga, Universidade do Minho. Consultado a 19 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34306/1/Rafael%20Ferreira%20Andrade.pdf>

Bardin, L. (2013) *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70

Bauman, Z. (1993) *Postmodern Ethics*. Oxford: Blackwell Publishers. ISBN 0-631-18692-1

Beck, U. (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications. ISBN 0-8039-8346-8

Benjamin, W. (1992) *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Relógio D'Água Editores. Antropos

Campenhoudt, L. V., Marquet, J. e Quivy, R. (2019) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva ISBN 978-989-616-929-9

Camponéz, C. (2002) *Jornalismo de Proximidade*. Coleção Comunicação. Coimbra: Minerva Coimbra ISBN 972-798-048-1

_____(2012) *Jornalismo regional: proximidade e distâncias*. In: Correia, J. C. (organização). *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, desafios e oportunidades*. Covilhã: Livros LabCom ISBN 978-989-654-100-2. Pp. 35-47

Cardoso, C. (2020) *O Jornalismo Local, Cultura e Património: O caso de Arouca*. In: Jerónimo, P. & Correia, J. C. (Eds.). *O Pulsar da Proximidade nos Media e no Jornalismo*. Covilhã: Livros LabCom ISBN 10.25768/20.04.05.02.02. Pp. 15-30

Carvalho, J. M. G. (2013) *A imprensa regional e local: estudo de caso do jornal O Ribatejo*. Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social. Consultado a 19 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3221/4/TOTAL%20-%20tese%20-%20joana.pdf>

Cohen, S. (2001) *States of Denial: Knowing about Atrocities and Suffering*. Polity Press

Correia, J. C. (1988) *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã, Universidade da Beira Interior. ISBN: 972-9209-59-6

Cottle, S. (2009) *Journalism studies: Coming of (global) age? Journalism*, 10(3), 309–311

Deuze, M. (2005) *What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered*. *Journalism*. Sage Publications. 6(4): 442–464. DOI: 10.1177.

Dias, S. (2013). *Reporting Human Rights: A Study of Broadcast News Representations and Journalism Practices*. Doctoral Thesis in Philosophy. Cardiff: Cardiff University

Diário da República, Decreto-Lei nº2/99. Consultado a 21 de Janeiro de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/196218>

Downman, S. & Ubayasiri, K. (2017) *Journalism for Social Change in Asia*. London: Palgrave Macmillan

Duarte, A. F. A. (2010) *Jornalismo de proximidade – O papel informativo da imprensa local*. Lisboa, Universidade de Lisboa. Consultado a 17 de Dezembro de 2020. Disponível em <https://localmediapt.files.wordpress.com/2010/11/duarte2010-jornalismo-proximidade.pdf>

Estatuto da Imprensa Regional, Decreto-Lei 106/88. Consultado a 16 de Dezembro de 2020. Disponível em, <https://www.ccpj.pt/media/1061/estatuto-da-imprensa-regional.pdf>

Fernandes, A. B. (2002) *Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público*. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador da Bahia. Disponível em

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/145134406368497586467557075036965428965.pdf>

Ferraz, Luís Miguel (2010). *Imprensa regional independente: fundamental, mas asfixiada*. In Pedro Jerónimo (organização). Local Media. Disponível em <https://localmediapt.wordpress.com/2010/03/11/%e2%80%9cimprensa-regional-independente-fundamental-mas-asfixiada%e2%80%9d/>

Frost, C. (2006) *Ethics for local journalism*. In: Bob Franklin (organization). Local Journalism and Local Media: making the local news. London; New York, Routledge. ISBN: 978-0-203-96920-5

Gabbatt, A. (2020) *Local journalism is on its knees – endangering democracy. Who will save it?* The Guardian. Consultado a 19 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://www.theguardian.com/media/2020/jul/28/local-journalism-democracy-us-newspapers>

Galtung-Institut for Peace Theory and Peace Praticce. Consultado em 25 de Setembro de 2020. Disponível em <https://www.galtung-institut.de/en/2015/galtung-and-ruge-news-values-an-update-by-prof-galtung-october-2014/>

Galtung, J. & Ruge, M. H. (1965) *The Structure of Foreign News*. Journal of Peace Research, Vol. 2, No. 1, pp. 64-91. Sage Publications, Ltd

Guerreiro, D. (2018) *A Crise dos Refugiados no Mediterrâneo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em

https://run.unl.pt/bitstream/10362/46729/3/deboraguerreiro_trabalho%20de%20project.pdf

Hartley, J. (2007) *Journalism as a human right: The cultural approach to journalism*. In M. Löffelholz & D. Weaver (Eds.). Global journalism research theories, methods, findings, future. New York: Peter Lang, pp. 39–51

Hastjarjo, S. (2017) *Local journalism in the New Media Landscape: opportunities and challenges*. Knowledge E Social Sciences. Consultado a 19 de Janeiro de 2021. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/323690069_Local_Journalism_in_the_New_Media_Landscape_Opportunities_and_Challenges

Hess, K. (2013) *Breaking boundaries: Recasting the small newspapers as geo-social news*. Digital Journalism, pp. 45–60. doi:10.1080/21670811.2012.7114933

Hilgert, I. (1997) *A general or a specialized study programme*. In Bierhorff, Jan & Schmidt, Mogens (Eds.). Journalism and public relations: two training stands. Published in European Journalism Training in Transition: the inside view. European Journalism Center. Maastrich. University of Amsterdam. Consultado a 14 de Abril de 2021. Disponível em https://pure.uva.nl/ws/files/2050671/26461_jt.pdf

Hoijer, B. (2004) *The Discourse of Global Compassion: The Audience and Media Reporting of Human Suffering*. Media, Culture & Society, pp. 513–531

Holm, H. H. (1997) *Educating journalists for a new Europe*. In Bierhorff, Jan & Schmidt, Mogens (Eds.). Journalism and public relations: two training stands. Published in European Journalism Training in Transition: the inside view. European Journalism Center. Maastrich. University of Amsterdam. Consultado a 14 de Abril de 2021. Disponível em https://pure.uva.nl/ws/files/2050671/26461_jt.pdf

Human Right Council (2015) *Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the implementation of Human Rights Council resolutions S-9/1 and S-12/1*. Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General. Human Right Council. Consultado a 11 de Maio de 2021. Disponível em

https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session31/layouts/15/WopiFrame.aspx?sourcedoc=/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session31/Documents/A.HRC.31.40.Add.1_E.docx&action=default&DefaultItemOpen=1

International Council on Human Rights Policy, 2002. Consultado a 9 de Janeiro de 2021. Disponível em

<https://www.ohchr.org/Documents/AboutUs/annualreport2002.pdf>

International Council on Human Rights Policy, 2019. Consultado em 9 de Janeiro de 2021. Disponível em

<https://www.ohchr.org/Documents/Publications/OHCHRreport2019.pdf>

Iorio, S. H. (2004) *Qualitative Research in Journalism*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. ISBN 0-8058-4398-1

Jerónimo, P. (2012) *Jornalistas e o jornalismo de proximidade*. In: *Jornalismo & Jornalistas*. Edição Clube dos Jornalistas, nº49, Março de 2012

_____ (2015) *Ciberjornalismo de proximidade*. Covilhã: Livros LabCom. ISBN 978-989-654-251-1

Kochhann, L. E. (2013) *A proximidade como valor no jornalismo local: estudo dos jornais Diário Popular, A Razão e Diário da Manhã*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Consultado a 19 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88506/000912989.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Lauterer, J. (2006) *Community Journalism: Relentlessly Local*. University of North Carolina Press, Chapel Hill, NC.

Lei da Imprensa, Decreto-Lei nº5/71. Consultado a 21 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/631404>

López, X. G. (1995) *Detrás da prensa popular*. Santiago de Compostela: Edicións LEA.

Maka Angola. Consultado a 11 de Novembro de 2020. Disponível em <https://www.makaangola.org/>

Maven (2019) *Entenda como anda o jornalismo local em meio aos tempos digitais*. Maven. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em

<https://www.maven.com.br/blog/entenda-como-anda-o-jornalismo-local-em-meio-aos-tempos-digitais/>

McLuhan, M. (1962) *The Gutenberg Galaxy: The making of Typographic man*. Canada: University of Toronto Press

Miguel, K. & Souza, L. (2018) *Jornalismo e Direitos Humanos: o agendamento do tema estupro no portal*. Campo Grande News (MS). Revista Videre. 10. 309-320. 10.30612/videre.v10i20.8467

Miller, A. C. (2020) *Give local journalism a fighting chance by creating a demand for it*. Poynter. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em

<https://www.poynter.org/business-work/2020/give-local-journalism-a-fighting-chance-by-creating-a-demand-for-it/>

Ministério da Comunicação Social. Decreto-Lei nº85-C/75: Promulga a Lei de Imprensa. Consultado a 21 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/168803>

Nielsen, R. K. (2015) *Local journalism: The decline of newspapers and the rise of digital media*. I. B. Tauris& Co. Londo; New York. Reuters Institute for the Study of Journalism. ISBN 978-178-453-320-5

Paulino, S. R. C. (2018) *Jornalismo Local na Sociedade em Rede*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Consultado a 19 de Janeiro de 2021. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/65291/1/Jornalismo Local Sociedade Em Rede S%C3%B3nia Cabecinhas.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/65291/1/Jornalismo%20Local%20Sociedade%20Em%20Rede%20Cabecinhas.pdf)

Peruzzo, C. (2003) *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. INTERCOM: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Belo Horizonte/MG. Consultado a 20 de Janeiro de 2021. Disponível em

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99061099541813324499037281994858501101.pdf>

Plaut, S. (2014) “*Fact-based storytelling*” or *fact-based activism? tensions, strategies and next steps of human rights and journalism*. 10.4135/9781473909335.n46

Quirino, C. G. e Montes, M. L. (1987) *Constituições brasileiras e cidadania*. São Paulo: Ática

Ramos, G. & Grupillo, A. (2020) *Jornalismo Regional em Novas Plataformas*. In: Jerónimo, P. & Correia, J. C. (Eds.). *O Pulsar da Proximidade nos Media e no Jornalismo*. Covilhã: Livros LabCom ISBN 10.25768/20.04.05.02.03. Pp. 31-44

Reader, B. & Hatcher, J. (2020) *Business and ownership of local media: An international perspective*. In: Agnes Gulyas & David Baines (organization). *The routledge companion to local media and journalism*. London; New York, Routledge. ISBN: 978-1- 51- 3994-3

Ribeiro, J. C. (2005) *Jornalismo regional e construção da cidadania: o caso da Folha da Região de Araçatuba*. Bauru, Universidade Estadual Paulista. Consultado a 18 de Janeiro de 2021. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-jornalismo-regional-construcao-cidadania.pdf>

Rodrigues, C. (2012) *Jornalismo hiperlocal: sucessos e fracassos da informação de proximidade*. In: Correia, J. C. (organização). *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, desafios e oportunidades*. Covilhã: Livros LabCom ISBN 978-989-654-100-2. Pp. 189-201

Rose, T. (2013) *A Human Rights-Based Approach to Journalism: Ghana*. *The Journal of International Communication*, 19 (1), 85-106. Disponível em

<https://doi.org/10.1080/13216597.2012.737347>

Santos, J. A. (1999) *Breviário Político-Filosófico*. Fenda Edições. ISBN 972-8529-32-5

Schirch, L. (2002) *Human Rights and Peacebuilding: Towards Justpeace*, paper presented to 43rd Annual International Studies Association Convention. New Orleans, Louisiana.

Serra, P. (2006) *Proximidade e comunicação*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Consultado a 17 de Dezembro de 2020. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-proximidade-comunicacao.pdf>

Shaw, I. S. (2012) *Human Rights Journalism*. London: Palgrave Macmillan

Shaw, M. (1996) *Civil Society and Media in Global Crises*. London: St Martin's press.

Sousa, J. P. (2002) *Comunicação regional e local na Europa Ocidental*. Porto, Universidade Fernando Pessoa. Consultado a 18 de Janeiro de 2021. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.pdf>

Stake, R. E. (2011) *Pesquisa Qualitativa: Estudando como as coisas funcionam*. The Guilford Press, a Division of Guilford Publications, Inc. ISBN 978-1-60623-545-4

Stearns, J. (2020) *Why we need local journalism right now. And why local journalism needs us*. Wbur. On Point. Consultado a 1 de Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.wbur.org/onpoint/2020/05/04/josh-stearns-local-journalism-giving-day>

Thompson, J. B. (2002) *Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. ISBN 85.326.2079-5

Tibbitts, F. (2002) *Understanding what we do: Emerging models for human rights education*. International Review of Education, special Human Rights Education Editions. Consultado a 20 de Abril de 2021. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/251349286_Understanding_What_We_Do_Emerging_Models_for_Human_Rights_Education/link/569a6aa508aea147694b8eff/download

Traquina, N. (2001) *O estudo do Jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos

Traquina, N. e Mesquita, M. (2003) *Jornalismo cívico*. Coleção: Media e Jornalismo. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 972-24-1243-4

Trindade, A. & Inácio, R. (2017) *Jornalismo literário, direitos humanos e integração: um caso português*. Cuadernos.info, (40), 235-249. Disponível em <https://doi.org/10.7764/cdi.40.814>

United Nations (1948) *Universal declaration of human rights*. United Nations. Consultado a 08 de Dezembro de 2020. Disponível em <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>

Vieira, J. R. C. (2009) *O Jornalismo de Proximidade na Era Digital*. Porto, Universidade Fernando Pessoa. Consultado a 18 de Janeiro de 2021. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1080/2/JOAOVIEIRA.pdf>